

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

BRUNO APARECIDO DE PAULA PAIM

O Brasil nas páginas da revista Carta Capital (2010-2011)

**Uberlândia
2015**

BRUNO APARECIDO DE PAULA PAIM

O Brasil nas páginas da revista Carta Capital (2010-2011).

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito da graduação em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Emísia Jacinto Barbosa.

Uberlândia
2015

BRUNO APARECIDO DE PAULA PAIM

O Brasil nas páginas da revista Carta Capital (2010-2011).

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito da graduação em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Emísia Jacinto Barbosa.

Uberlândia, 22 de janeiro de 2015

Banca Examinadora

Professora Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa – Orientadora

(Nome do professor/a da banca examinadora)

(Nome do professor/a da banca examinadora)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus pela saúde e oportunidade que me fizeram capaz de iniciar e finalizar o curso de História.

À minha orientadora Marta Emísia Jacinto Barbosa, pela orientação, pelos livros emprestados, pelas reuniões e conversas, pelas leituras deste trabalho e pelas várias outras oportunidades que me proporcionou, iniciação científica e o PIBID.

Aos funcionários do Instituto de História João Batista e Cristina por ajudarem com questões burocráticas, e pela disposição e gentileza em sempre esclarecer dúvidas pertinentes ao curso.

À minha família, meus pais Valéria e Adilson, e minha irmã Amanda, pelos incentivos e ensinamentos de sempre. Estimulando-me a conhecer o mundo sem jamais esquecer o quintal de casa.

Às minhas avós Sirley e Euripedes pelo abrigo e carinho. Ao meu saudoso avô Alceu (*in memória*).

À minha namorada Joelma, agradeço pela ajuda e paciência nos momentos difíceis de escrita, pelo apoio incondicional e carinho de sempre, pelas cobranças quando me dispersava e pela parceria na vida e nos trabalhos.

Aos meus bons amigos do curso Durval, pelos esclarecimentos, apoio e pela confiança ao me convidar para fazer parte da criação do Centro Cultural de Martinésia e Cruzeiro do Peixotos. Saulo Guilherme, pelos trabalhos realizados juntos e pela descontração ao longo do curso, sempre com uma piada nova a nos fazer rir.

Aos meu bons amigos matemáticos, Douglas, Mário, Fernando e Deive, pelas orientações, trabalhos desenvolvidos, conversas e muitos grandes momentos.

Às amigas de Martinésia que também aceitaram o desafio de fazer um curso superior, Camila, Mileide e Tamiris.

RESUMO

Este trabalho analisa a forma que a revista Carta Capital relatou o Brasil nos anos de 2010 e 2011. Assim, ele expõe uma análise historiográfica quanto à importância de compreendermos as mudanças que o país vivenciou na primeira década do século XXI, construindo programas e planos que combatessem a miséria e a pobreza. Nesta perspectiva, analiso como são aplicados alguns conceitos (miséria, pobreza, inclusão social, nova classe média) na vivência dos brasileiros neste período e alguns resultados que nos fazem refletir sobre estas mudanças.

Sumário

Introdução	8
CAPÍTULO 1: O trabalho da revista Carta Capital em 2010: a compreensão de um Brasil melhor.	14
1.1 O processo histórico da pobreza no Brasil.	14
1.2 A revista Carta Capital e as transformações sociais dos brasileiros em 2010.....	21
 CAPÍTULO 2: A revista Carta Capital em 2011: a expansão do trabalho pela erradicação da miséria.	36
2.1 O Plano Brasil Sem Miséria.....	36
2.2 O Programa Bolsa Família: combatendo a desigualdade social.	42
2.3 Uma “nova classe média”?	49
Considerações Finais	53
Fontes	56
Referências Bibliográficas	59

Introdução

O ofício do historiador está diretamente ligado às práticas sociais, em qualquer campo em que estejam. As relações que se estabelecem no trabalho, no lar, na escola, em centros culturais, ou em qualquer outra instituição representam para o historiador um campo de possibilidades para compreender a atuação de sujeitos, que por sua vez, são portadores de projetos distintos, conforme suas vivências se constituíram.

A partir do âmbito que reconhece as práticas sociais como fundadoras das relações coletivas se pode desvendar fatos responsáveis por construir problemáticas que prevaleceram ao tempo, ou seja, evidenciamos ao longo da história brasileira ações em prol da diminuição da pobreza, e estas trazem à tona as lutas sociais. Desta maneira devemos direcionar um olhar crítico para os acontecimentos, pois, podem nos conduzir a conflitos, rupturas, alianças, ou seja, determinar situações necessárias para a compreensão historiográfica.

Vendo a história como um campo de possibilidades, visualizam-se, em cada momento, diferentes propostas em jogo e se uma delas venceu, venceu não porque tinha de vencer, mas por uma série de injunções que é preciso desvendar.¹

Isso significa retornar ao passado com o propósito de buscar explicações para questões mal respondidas e que ainda causam influência na vida dos sujeitos.

Se averiguarmos a história brasileira, encontraremos disparidades nos campos econômicos, políticos e sociais que foram (re)estruturando-se ao longo do tempo, sobre conflitos de interesses distintos, deixando-os sujeitos às margens de seus direitos e priorizando um número mínimo de indivíduos.

¹VIEIRA. Maria do Pilar de Araújo e outros. A pesquisa em história. 4 ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 43.

Esses conflitos são dotados de historicidade e seu estudo nos revelam as vivências dos mais distintos indivíduos. É de grande importância investigar a história daqueles que por muito tempo foram excluídos em detrimento de uma historiografia tradicional². Desta forma, este trabalho parte da perspectiva de que:

A maior parte daqueles que escrevem a história vista de baixo aceitariam, em um sentido amplo, a opinião de que um dos resultados de terem seguido essa abordagem tem sido demonstrar que os membros das classes inferiores foram agentes cuja ações afetaram o mundo (às vezes limitado) em que eles vivem.³

Mas se olharmos para o campo social do qual o brasileiro – principalmente os que conviveram e convivem com a miséria – está inserido veremos transformações em escala quantitativa e qualitativa. Desta forma, como podemos buscar respostas no passado para compreender o Brasil hoje? Quais mudanças aconteceram na primeira década do século XXI que nos possibilita pensarmos em um país diferente? Como a história e as transformações sociais são transmitidas? Como compreendemos a atual situação dos sujeitos em condição de pobreza?

Encontramos no trabalho de Jean Chesneaux considerações importantes para que comecemos a responder tais perguntas. Chesneaux defende uma história que se estabelece dentre as relações ativas dos sujeitos, pois, os interesses, as disputas ideológicas, são lugares de luta dos homens e o passado é um fator de grandes contribuições neste meio.

Em seu trabalho “Devemos Fazer Tabula Rasa do Passado?”⁴ Chesneaux chama a atenção para a relação existente entre passado/presente. Para ele, as aspirações que movem a reflexão histórica está nos questionamentos que o presente faz ao passado. Para ele a versão oficial do

² Ver: BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. Org. BURKE, Peter. *In: A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

³ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. Org. BURKE, Peter. *In: A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 61.

⁴ CHESNEAUX, Jean. Devemos fazer tabula rasa do passado?: sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

passado é estabelecida de acordo com uma ordem vigente, ou seja, os grupos vitoriosos são responsáveis por censurar, modular, mutilar a história.

Como apontam as historiadoras Maria do Pilar de Araújo Vieira, Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Yara Maria Aun Khoury:

Se a dominação permeia o conjunto da vida social, a resistência está aí igualmente presente, não apenas de forma organizada, mas também sob formas “surdas”, “implícitas”. Daí a importância que adquire a maneira como a população organiza seu divertimento, suas festividades, suas formas de representar a luta do cotidiano, que certamente se articulam com formas literárias, com a música, a poesia, as práticas religiosas e etc. O poder e a dominação não se localizam apenas no aparelho do Estado ou no nível do econômico, mas existe todo um processo de disciplinarização necessária da população, que permeia toda a atividade social, desde o trabalho, escola, família, até as formas aparentemente mais ingênuas de lazer⁵.

Isto nos permite compreender uma rede de ações – como a falta de acesso a educação, o desemprego, a exploração trabalhista, entre outros – que em conjunto, corroboraram para produzir uma sociedade brasileira em que há miséria e pobreza. Em 1966, ao apresentar uma comunicação no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiro, Florestan Fernandes evidenciou:

O crescimento econômico, em si e por si mesmo, não produz o controle ou a extinção de desajustamentos estruturais crônicos, fora e acima do nível econômico. Seus efeitos diretos ou indiretos, na esfera extra-econômica, dependem do contexto histórico-social, em que ele se acha inserido e do valor social que adquire em função dos ideais de vida, de equidade e solidariedade existente socialmente nas relações dos homens entre si⁶.

Em prática, não se acaba com as disparidades exclusivamente garantindo que a economia do Estado cresça. As políticas do Estado brasileiro colaboram de forma direta com a estruturação das necessidades econômicas dos brasileiros e a consequência disto foi a precarização da saúde, da

⁵VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo e outros. A pesquisa em história. 4 ed. São Paulo: Ática, 2006. p.8.

⁶ FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 5.ed. São Paulo: Global, 2008, p.

educação, dos direitos civis, ou seja, faltas que culminam nas condições de miséria e pobreza.

Contemporaneamente, somos surpreendidos por notícias das mais diversas fontes. Os recursos midiáticos estão cada vez mais presentes no cotidiano dos indivíduos e uma vez que se fazem tão constantes é certo que também são meios de influência e estão implícitos nos campos de disputas sociais que se formam entre os sujeitos. Mas será que exercemos nossa criticidade quando nos deparamos com enxurradas de notícias? Compreendemos as notícias que assistimos na televisão, ouvimos nos rádios, lemos nos jornais, revistas e internet de modo imparcial?

Existe, por parte de muitos, a escolha de ler a imprensa como se esta fosse o espelho do mundo, a solução para o entendimento sobre o que está acontecendo, uma fonte secundária, um apoio. Penso que assim nos tornamos leitores dos “produtos acabados” (...) Por outro lado, existe a posição de tomar a imprensa como objeto, discutida teórica e metodologicamente, problematizando a sua natureza social, suas relações sociais, seus processos de instituição. Esta última posição exige um processo de aprendizagem, porque implica escolhas políticas fundamentais. Impele estabelecer um lugar da crítica social, posicionar-se em relação aos sujeitos que vivem diferentes e desiguais experiências que se confrontam em meio a interesses antagônicos.⁷

Desta maneira a imprensa pode ser compreendida como um meio que informa, carregado de ações e influências. Ela esta presente na cultura social e é capaz de influenciar a memória dos sujeitos, usando várias formas de linguagens para transmitir notícias arraigadas de interesses e muitas das vezes estabelecendo artimanhas direcionadas ao poder social.

Trata-se de entender a imprensa como uma linguagem construtiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando a cada momento, as

⁷ BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. Org. MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto, KHOURY, Yara Aun. *In: Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'água, 2006. p. 267

relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.⁸

A revista Carta Capital foi fundada em 1994 pelo jornalista e editor Mino Carta. Inicialmente, a revista produzia tiragens mensais, contudo, a partir de 2001 suas tiragens passaram a ser mensais. Conhecida por publicar notícias que não sejam tendenciosas, apoiou no ano de 2010 o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a candidata a presidente Dilma Rousseff.⁹

Compreendendo que a revista Carta Capital adota abordagens críticas e que o Brasil em um curto espaço de tempo (a primeira década do século XXI) passou por muitas mudanças, principalmente no que se refere ao combate à pobreza, este trabalho propõe um estudo sobre às formas que a revista Carta Capital noticiou o Brasil – quanto ao combate a pobreza – em 2010 e 2011, anos referentes na história brasileira ao se tratar da mudança governamental da presidência, e assim poder realizar uma reflexão de como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após dois mandatos (2003 - 2010), combatera a desigualdade social e entregava o posto para sua sucessora, Dilma Rousseff (2011) e quais as medidas que ela abordaria para dar sequência ao trabalho anterior, dentro das perspectivas de combate a miséria e a pobreza.

O primeiro capítulo deste trabalho abarca uma breve leitura da situação brasileira no que se refere as condições de pobreza que o país enfrentava até o início da primeira década do século XXI. Em sequência, abordo a leitura realizada em 2010 pela revista Carta Capital. Por se tratar de um ano de eleições a revista abriu espaço para as propostas e escolhas que os candidatos a presidência exerciam – dando evidência aos dois candidatos que representavam a preferência popular, Dilma Rousseff e José Serra – e por se tratarem de representantes de partidos que anteriormente governaram o Brasil – o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – a revista realizou comparações, nas quais apoiaram e constataram a

⁸ CRUZ, Heloisa de Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: História e imprensa. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2007. p. 260.

⁹ Informações retiradas em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/CartaCapital#Caracter.C3.ADsticas_editoriais>. Disponível em: 09/01/2015, às 15:00 horas.

melhora econômica e social conseguida pelo Brasil no governo petista e os motivos para essa melhora.

O segundo capítulo analisa ao estudar a revista Carta Capital, como a então eleita presidenta da República, Dilma Rousseff (PT), da sequência aos programas sociais de combate a pobreza iniciadas no governo anterior. Assim, ao construir o Plano Brasil Sem Miséria, analiso seu eixo de construção e o significado de um plano para erradicar a miséria e a pobreza.

Além disso, por se tratar de um plano que parte do Programa Bolsa Família, investigo a atuação deste no Estado brasileiro, sua importância para os sujeitos em condição de pobreza e na erradicação da miséria. Justamente pela iniciativa do Programa Bolsa Família, aliada a criação de empregos, a classe média brasileira – denominada por alguns como classe C – cresceu quantitativamente e passou a ser abordada por alguns economistas como “nova classe média”. Assim, procuro debater alguns dados e discutir a condição de vida desta “nova classe média”.

Por fim, concluo esse trabalho compreendendo que a revista Carta Capital trouxe para o debate em 2010 – 2011 a perspectiva de um Brasil que construiu ao longo da primeira década do século XXI políticas que visavam os brasileiros, independente de sua condição econômica e social e que privilegiou sujeitos compreendidos historicamente como subalternos, sendo que os projetos de transferência de renda, proporcionando acesso a serviços sociais e a criação de empregos, contribuiu para que milhares de famílias saíssem das zonas de calamidade e alcançassem melhores condições de vida.

CAPÍTULO 1: O trabalho da revista Carta Capital em 2010: a compreensão de um Brasil melhor.

1.1 O processo histórico da pobreza no Brasil.

Para aqueles que pretendem realizar uma pesquisa historiográfica que trate sobre a sociedade brasileira, principalmente em um âmbito social, não se pode deixar de lado questões como a desigualdade, a exclusão, além da miséria e da pobreza. Isso se faz importante porque se pretendemos pensar o país conjunturalmente não devemos investigar unicamente seu caráter econômico, pois, este fatalmente levar-nos-ia a compreensão de que o Brasil possui inúmeras riquezas, um país de tamanho continental, com áreas de exploração mineral, agropecuária, turísticas entre outras.

Contudo, se pretendemos construir uma pesquisa fidedigna a realidade social brasileira, devemos direcionar nosso foco analítico para a combinação do econômico para com o político, o cultural e o social. Desta maneira veremos a grande disparidade existente na sociedade brasileira e compreenderemos que o Brasil é realmente um país rico, composto por um grande número de pessoas em condição de pobreza.

Se averiguarmos a história brasileira, encontraremos disparidades nos campos – econômicos, políticos e sociais – que foram (re)estruturando-se ao longo do tempo, sobre conflitos de interesses distintos, deixando sujeitos as margens de seus direitos e priorizando um número mínimo de indivíduos. Durante muito tempo o Brasil vivenciou uma sociedade escravocrata, que substituída pela República, permaneceu desfavorecendo a maioria da população, deixando-os em condições miseráveis.

Desta forma, ao analisar a estrutura inglesa perante aos modos de trabalho e de sobrevivência, Edward Palmer Thompson esclarece que a dominação – que leva parte da sociedade a condições de miséria – não acontece por fatores dispersos ou exclusivos, mas:

É essencial manter presente no espírito o fato de os fenômenos sociais e culturais não estarem “a reboque”, seguindo os fenômenos econômicos a distância: eles estão em seu surgimento, presos na mesma rede de relações.¹⁰

Contudo é de extrema importância abrir um leque de espaços aos sujeitos para que eles tenham fala, exponham suas angústias e contem suas histórias, sem o protagonismo de cima para baixo, mas invertendo-a. Assim, deve-se reconhecer nos diversos segmentos sociais e inclusive na pesquisa historiográfica que

Há hoje os que vivem, os que sofrem e aqueles que são oprimidos, e política se faz tanto sobre aqueles quanto sobre o futuro. Uma política que ignore solidariedades imediatas se tornará peculiarmente teórica, impiedosa e autodestrutiva¹¹.

A historiografia brasileira teceu considerações no que diz respeito à pobreza. José Roberto do Amaral Lapa, em “Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)”¹², constatou o crescimento da pobreza no início do século XX quando a sociedade brasileira aboliu a escravidão e ainda necessitava construir significações que definissem e reconhecessem seus pobres.

Assim, José Roberto do Amaral Lapa questionou: qual era o lugar dos pobres após o fim da escravidão? Quem eram anteriormente? Para ele:

Uma das formas de resgate do homem pobre de seu anonimato, projetando-o no prosaetrio da história, é conhecer suas formas de pensamento, sua visão da sociedade e do sistema, seu relacionamento com o Estado e as instituições, seu nível de consciência social (...) ¹³.

¹⁰ THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 2 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012, p.208.

¹¹ Idem 2012, p 138.

¹² LAPA, Jose Roberto do Amaral. Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

¹³ LAPA, op. cit., p. 24.

Pode-se abarcar a pobreza como o resultado de carência a qual os indivíduos são atribuídos, que os leva a condicionalidades mínimas de sobrevivência exigidas dentro de um determinado lugar e a um contexto histórico. Assim, podemos compreender que o estado de pobreza não é único.

No que tange ao histórico da sociedade brasileira, não se pode mencionar o Brasil sem prestar relevância aos pobres que viveram e que ainda vivem no país. A situação de miséria é encontrada tanto nas famílias de trabalhadores que sobrevivem em más condições de emprego ou remuneração, quanto nas famílias que possuem indivíduos que não chegaram ao lugar de trabalhador.

Dando maior exposição à pesquisa realizada por Ricardo Paes de Barros e outros economistas, contextualizando de modo mais claro a realidade que se encontrava o Brasil e os brasileiros, o artigo “A Estabilidade Inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil¹⁴” mostra que em vinte e dois anos (de 1977 a 1999) o número de pobres aumentou em 13 milhões de pessoas, chegando ao número absurdo de 53,1 milhões de pessoas. Os brasileiros sobreviveram com muito pouco investimento na área social, como educação, saúde, moradia, fatores que combinados podem promover os sujeitos a uma vida mais digna.

Sendo assim, podemos entender o conceito de pobreza a partir da pesquisa de Ricardo Paes de Barros e outros economistas. Segundo os mesmos:

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico.¹⁵

Mas quais medidas cabem ser tomadas para acabar com essas mazelas sociais? Como desenvolver um meio que colabore com o fim da miséria? Isso é possível?

¹⁴ BARROS, R. P. de, HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *In*: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 15, n.º 42.

¹⁵ Idem. p. 124

Nesta perspectiva, o “novo” não tem a presunção de sugerir uma sociedade potencialmente revolucionada, mas indica novidades relevantes, projetos colocados em prática, e o mais importante, ações que garantem cidadania e inclusão de sujeitos desfavorecidos no âmbito político, econômico e constitucional.

A historiadora Déa Fenelon, ao publicar um texto original de 1992 esclarece que:

Todas as críticas que vimos estabelecendo às idéias de progresso, racionalidade, desenvolvimento, que marcaram o avanço do capitalismo e as análises sobre a concepção do social, terminaram por nos levar à constatação de que afinal estamos vivendo a superação da modernidade ou a despedida de utopias sob a forma de pesadelos, que configuram estado de pobreza absoluta em que vivem $\frac{3}{4}$ da população mundial, a fome, a miséria, a desnutrição, o desemprego, os desastres ecológicos, os armamentos nucleares e a possibilidade de extermínio e da desnutrição total.¹⁶

A contribuição de Déa Fenelon está centrada nas crises que não se explicam questionando apenas um eixo das amarras sociais (como o econômico), mas que são resultados históricos de medidas pensadas e direcionadas a uma classe exclusiva da sociedade. Pois só assim podemos compreender como o capitalismo se estruturou e se manteve ao longo dos anos. As mazelas identificadas pela historiadora são explicadas pela falta de políticas que refletissem as necessidades de uma grande parcela da sociedade e que agissem em prol delas. Contudo, o que se fez foi atribuir aos pobres a responsabilidade da pobreza.

Desta maneira, ao falarmos dos extremos da sociedade brasileira não é possível desvincular de nossa conjuntura as influências que a pobreza determinou. Essa preocupação (que não diz respeito apenas ao Brasil) foi resultante não simplesmente de governos que não pensassem em políticas sociais, mas esteve implícito no caráter administrativo de nossas políticas.

¹⁶ FENELON, Déa. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? In: *História & Perspectivas*. Uberlândia, n. 40, p. 28, jan.-jun. 2009.

A preocupação com as dificuldades de combater a pobreza e construir uma estrutura que não permita uma nova disseminação desta não é apenas brasileira. Desta forma, o resultado da reunião dos líderes mundiais preocupados com o assunto, resultou na Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000).

Como podemos averiguar a Declaração do Milênio foi construída mediante um processo político e econômico – no qual o Brasil estava inserido – arraigado no modelo mais “avançado” do capitalismo, ou seja, durante o neoliberalismo. Este modelo que propunha entre suas estratégias a livre expansão para a institucionalização privada e liberdade para a regulamentação da economia pelo mercado, foram responsáveis pela fragmentação e precarização do trabalho pelo desemprego estrutural, monopolização do conhecimento e da informação, a diminuição dos gastos públicos por parte do Estado, entre outros, sucumbiu as classes baixas a pobreza e aos interesses de grupos restritos, sempre preocupados com o mercado e não com o social.

A Declaração do Milênio, compreendida como um acordo de grande expressão comunica que:

Não mediremos esforços para libertar nossos companheiros homens, mulheres e crianças das condições desumanas de extrema pobreza, às quais mais de um bilhão delas estão sujeitas correntemente. Estamos comprometidos em tornar o direito ao desenvolvimento uma realidade para cada um, e para a libertação da inteira raça humana da necessidade.¹⁷

A inquietação da Declaração do Milênio demonstra-nos o número preocupante de pessoas que foram atingidas pela pobreza, contudo, ela também reverbera uma iniciativa que é fruto de inúmeras manifestação sociais, é a implicação de lutas diárias perante as formas de dominação que se estruturaram na sociedade.

Dimensionando nosso olhar para o Brasil e tendo em mente a manifestação contra a exclusão social e a desigualdade, a vitória do PT, em 2002 elegendo o presidente Luíz Inácio Lula da Silva não implicou apenas em um marco político na história brasileira, mas também social. A sociedade brasileira enfrentava um dos piores momentos econômicos dos últimos cinquenta anos. O PT, além de enfrentar a desconfiança por ser o primeiro

¹⁷ NAÇÕES UNIDAS. *Declaração do Milênio*. Nova Iorque, 6-8 set. 2000

partido de esquerda a eleger um presidente no Brasil, também deveria mostrar uma imensa habilidade para contornar a crise conduzida pelas políticas neoliberais e de direita.

No contexto político-econômico o neoliberalismo, visto até então como o modelo mais avançado dentro do capitalismo, desembocou em um modelo ideológico em que o Estado tinha por finalidade:

(...) quebrar o poder dos sindicatos e dos movimentos populares, controlar o dinheiro público e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia, tendo como meta principal a estabilidade monetária por meio da contenção dos gastos sociais e do aumento da taxa de desemprego para formar um exercito industrial de reserva que acabasse com o poderio das instituições trabalhadoras. Trata-se por tanto de um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados, reduzindo o imposto sobre o capital e as fortunas e aumentando os impostos sobre a renda individual e, assim, sobre o trabalho, o consumo e o comercio.¹⁸

Os efeitos – colaterais, diga-se de passagem – do modelo neoliberal que dava livre expansão para a institucionalização privada e liberdade para a regulamentação da economia pelo mercado, foram responsáveis pela fragmentação e precarização do trabalho pelo desemprego estrutural, monopolização do conhecimento e da informação, a diminuição dos gastos públicos por parte do Estado.

1.2 A revista Carta Capital e as transformações sociais dos brasileiros em 2010.

Em 2010 o Brasil vivenciava mais um ano de eleições. Após os oito anos que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve governando o país, um novo

¹⁸ CHAUI, Marilena. 10 anos de governo pós-neoliberais no brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 124.

representante seria eleito para o cargo. Esse fato é de grande importância para que se compreenda como se portou neste ano a revista Carta Capital.

O diferencial das eleições de 2010 está na reeleitura que se pode fazer dos governos anteriores. Colocou-se na balança o Brasil entre 1995 e 2002 – dois mandatos consecutivos – que fora governado pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) elegendo nas urnas Fernando Henrique Cardoso e nos oito anos posteriores, entre 2003 e 2010, Luiz Inácio Lula da Silva partidário do PT (Partido dos Trabalhadores) governou o país. Contudo, desta vez foi eleito um candidato novo para o cargo, opondo representantes destes dois partidos.

A revista Carta Capital cobriu toda a eleição e trouxe a público os detalhes das campanhas dos candidatos José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), porém, o mais importante a se notar é como repercutiu, tanto na avaliação da revista como dos eleitores, os últimos oito anos que o Brasil passou.

A Carta Capital se posicionou claramente durante as eleições. Como uma revista que presa entre seus eixos de publicações a política, manifestou seu apoio à candidata Dilma Rousseff. A matéria foi publicada pelo editor Mino Carta em um momento no qual parte da mídia (que se diz imparcial) construía noticiários taxando a candidata de guerrilheira, sugerindo que ela havia pegado em armas durante a ditadura militar brasileira.

Por conta de sua história contra a ditadura militar, pela sua competência nos cargos ministeriais e pela sua fidelidade para com o trabalho iniciado no governo Lula. No que tange o governo deste, a leitura da revista vai ao encontro a um governo muito bem sucedido. Um governo que diminuiu a diferença entre ricos e pobres, que não se curvou diante do combate de grande parte da mídia, com políticas exteriores bem trabalhadas e enfim, com o reconhecimento popular.

Reconhecemos em Dilma Rousseff a candidatura mais qualificada e entendemos como injunção deste momento, em que oficialmente o confronto se abre, a clara definição de nossa preferência. Nada inventamos: é de praxe da mídia mais

desenvolvida do mundo tomar partido na ocasião certa. Sem implicar postura ideológica ou partidária. Nunca deixamos, dentro da nossa visão de apontar as falhas do governo Lula. Na política ambiental. Na política econômica, no que diz respeito entre outros aspectos, aos juros manobrados pelo Banco Central. Na política social, que poderia ter sido bem mais ousada.¹⁹

A revista coloca-se a favor da candidatura de Dilma Rousseff, mas esclarece que se trata de postura normal apoiar às claras e que ao longo do governo Lula, quando se fez necessário a mesma publicou notícias criticando suas decisões, segundo esta matéria, isto aconteceu por acreditar que o então presidente Lula deveria ter pensado em uma política ambiental mais engajada, ser mais ousado nas políticas sociais e outros.

Ao escrever “A vingança da história”, Emir Sader analisou como se encontrava as condições dos países chamados de terceiro mundo, em especial os países da América Latina. Ao analisar o momento que o Brasil passava, frente a números alarmantes de desigualdade e após a eleição do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva , o autor alertava:

Assim, o clima social no momento da vitória de Lula é de uma profunda crise social, a mais grave no Brasil em sete décadas, pelo nível do desemprego, pela perda de poder aquisitivo dos salários, pela precarização de mais da metade da força de trabalho, pela deterioração das políticas sociais.²⁰

O cenário vivenciado pelo brasileiro em 2003 segundo dados do IBGE calculava 174 milhões de habitantes aproximadamente e o Índice de Gini²¹ chegava – de forma irregular – a 0, 545²². O rendimento médio mensal caía nos últimos anos, chegando a R\$ 661,00, já tendo alcançado em anos anteriores R\$ 787,00. Dos que se declaravam empregados, quase ¼ dos trabalhadores (24,8%, o que significa 10.691.711 trabalhadores) recebiam em seu principal emprego até um salário mínimo.

¹⁹ CARTA, Mino. Porque apoiamos Dilma? Resposta simples: porque escolhemos a candidatura melhor. Carta Capital, São Paulo, 7 de julho de 2010.

²⁰ SADER, Emir. A vingança da história. 2 ed. São Paulo: Boitempo. 2007. pg. 189.

²¹ Medida utilizada para comparar a concentração de renda. Desta forma, 1,0 ponto significa a desigualdade total e 0,0 ponto a igualdade total.

²² O índice de Gini pode ser encontrado em um valor diferente, pois, leva em consideração outras fontes além das Pnad/IBGE. VER: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A Década Inclusiva (2001 - 2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. Brasília; IPEA, set. 2012. (Comunicado do Ipea, n 155).

Como vemos acima, existe um conjunto de fatores que combinados levaram o Brasil a ser um dos países mais desiguais do mundo. A economia em pujança não é um elemento capaz de erradicar a pobreza se ela não estiver distribuída de forma justa entre os indivíduos.

A eleição de um governante de esquerda enfatizou a realidade brasileira, procurando uma nova alternativa que combatesse as dificuldades econômicas e sociais que o país enfrentava naquele momento. Dessa maneira, abandonou-se a especulação que o país seguia na direção certa e que o fim da desigualdade chegaria a um prazo de tempo, e reconheceu – por parte do governo e da sociedade – que mudanças haveriam de acontecer e assim compreender que o Brasil estava situado em uma realidade alarmantemente desigual e preocupante.

Existe, contudo, um fator que nos chama a atenção e que tem sido motivo para debates constantes. Se olharmos de fato para o Brasil no início do século XXI e o compararmos com o Brasil de uma década depois veremos que aconteceram mudanças quantitativas e qualitativas. O país de então vive um novo panorama, suas estruturas sociais sofreram alterações, o que o levou a uma realidade distinta de sua história. O caráter econômico e social foi alterado e assim temos um novo panorama brasileiro nos últimos 10 anos e por assim dizer a partir do governo petista.

Em um comunicado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulado “A Década Inclusiva (2001 - 2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda²³”, demonstrou-se através do estudo que diferentes parcelas da população brasileira, passaram a receber uma parcela quantitativamente significativa em relação as décadas anteriores. Como os economistas gostam de dizer, “a fatia do bolo está sendo distribuída de forma mais justa”, ou seja, no que diz respeito à renda, os mais pobres estão aumentando esta percentualmente mais se compararmos com os mais ricos.

²³ IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A Década Inclusiva (2001 - 2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. Brasília; IPEA, set. 2012. (Comunicado do Ipea, n 155)

Em relação a meta estipulada pela ONU (Organização das Nações Unidas) o documento conclui que:

“A redução da pobreza experimentada de 57,5% na década permitiu ao Brasil fazer mais do que a queda á metade pactuada com as metas do milênio da ONU, e em menos tempo. Esta queda de pouco mais de metade, cerca de 52%, foi provocadas por mudanças na desigualdade de renda, sendo o restante explicado pelo efeito crescimento puro.”²⁴

Tem-se reconhecido que a pobreza conceitualmente analisada no Brasil, possui várias faces (ela está nas mais diversas faixas etárias, em todas as regiões, gêneros, abrangendo cor), nas quais sem a intervenção do Estado dificultaria encontrar maneiras para romper com a desigualdade. Assim, na primeira década do século XXI (2001 - 2011), a renda *per capita* dos 10% mais ricos cresceram 16,6 %, enquanto a dos 10% mais pobres aumentaram 91,2%. Entre as famílias chefiadas por analfabetos a renda cresceu 88,6 %, enquanto aquelas que possuem 12 anos ou mais de estudos sofreu um decréscimo de 11,1 %. A renda do Nordeste aumentou 72,8, já a do Sudeste 45,8.²⁵ Mas quais medidas foram fundamentais para a diminuição da pobreza? Como abarcar as distintas classes, faixa etárias, gêneros?

Como Emir Sader explicitara ao apontar as faltas dos governos brasileiros – eleitos antes de 2003 –investir em medidas de proteção social como as políticas públicas, o combate ao desemprego e a perda de poder de compra, eram fundamentais para o enfrentamento da miséria no Brasil.

No que se refere ao desemprego e a falta de renda, duas medidas foram tomadas para combatê-las, a geração de empregos que é fundamental para qualquer economia que tenha em vista crescer e propiciar aos sujeitos e o financiamento de empreendimentos próprios.

Na revista Carta Capital, a matéria intitula “A revolução do Microcrédito”, publicada em 07 de abril de 2010, mostra que o financiamento de microcréditos no Brasil tem agido em prol da diminuição da pobreza, financiando pequenos

²⁴Idem. pg. 10.

²⁵Ver: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A Década Inclusiva (2001 - 2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. Brasília; IPEA, set. 2012. (Comunicado do Ipea, n 155).

empreendedores a começarem ou alavancarem seus negócios. O programa de financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) 50% dos financiamentos acontecem no Nordeste. A reportagem informa utilizando a pesquisa da FGV que a iniciativa de pequenos empréstimos a microempreendedores á baixos juros aumentou o consumo familiar em 15% e que entre os tomadores do microcrédito, 61% encontravam-se em situação de pobreza. Essa alternativa estimulou o padrão de renda das famílias e o consumo consequentemente.

O microcrédito está contribuindo para mudar decisivamente a realidade de mais de 700 mil brasileiros, segundo estimativas dos próprios bancos que atuam neste segmento. Segundo um estudo da Fundação Getúlio Vargas, ao terem acesso a pequenos volumes de dinheiro a juros mais baixos que o do mercado, os microempreendedores conseguem incrementar seus negócios, melhorar o padrão de renda de suas famílias e consomem mais. Um suma, vivem melhor.²⁶

Construiu-se uma rede que combate a falta de renda das famílias pelo processo de financiamento de microcréditos em que a partir do empréstimo de pequenas quantias financeiras, parceladas e pagas com pequenos juros ao mês, as pessoas que não estão empregadas ou que trabalham de maneira autônoma, são estimuladas a construir seu próprio negócio e posteriormente, são responsáveis pela empregabilidade de outras pessoas.

Desde a criação do Simples, em 2007, que reduziu o custo dos impostos e o tempo com as tarefas administrativas, o cenário melhorou. Um passo importante foi adiante foi dado em dezembro de 2008, quando entrou em vigor a Lei do Micro Empreendedor Individual (MEI), a porta de entrada para profissionais autônomos com no máximo um funcionário e faturamento anual de 36 mil reais.²⁷

Ao longo de 2007 e 2008 legalizou-se estes empreendimentos reconhecendo-os com medidas que desburocratizasse a criação e o financiamento de tais, além disso, passou a compreender que até mesmo os negócios que contassem com apenas um empregado enquadrar-se-ia neste processo. Ademais, ressalta-se a importância de medidas que financiem

²⁶Rockmann, Roberto. A revolução do microcrédito. Carta Capital, São Paulo, 7 de abril de 2010. pg. 42

²⁷ Cintra, Luiz Antonio. Quem financia os pequenos?. Carta Capital, São Paulo, 15 de setembro de 2010. pg. 46

atividades mais modestas, visto que, esta é uma boa forma de geração empregos.

É sempre importante lembrar que neste período o mundo havia passado por uma crise, fator que sempre reverbera a análise econômica de 2010. Sendo assim, o Brasil passou por essa etapa sem maiores consequências e as pequenas empresas tiveram um saldo positivo como um todo. Doravante, a reportagem embasada em análises do Ipea e do FGV, constata que entre 1989 e 2008 as pequenas empresas, empregadoras de até dez pessoas, cresceram anualmente 4,2 e de cada 3 empregos criados no Brasil, 2 são de suas responsabilidades. Em contrapartida, a renda média dos ocupados por estes meios declinou de R\$ 1.153,34 em 1989 para R\$ 951,74 em 2008, por consequência da grande mão de obra disponível no mercado.²⁸

Para além dos investimentos proporcionados pelo microcrédito, em que conseguimos ver uma rede que liga empreendimento, geração de empregos e consumo, novos postos de empregos foram gerados e neste processo podemos observar a participação dos trabalhadores reivindicando seus direitos e seus lugares.

Na mesma edição da revista Carta Capital é apontado um estudo do Ipea que assinala a criação de 2 milhões de empregos em 2010. Segundo a pesquisa, a meta seria o crescimento da economia em 5,5%. Contudo, o mesmo estudo ressalta que poderia faltar trabalhadores para certas áreas em certas regiões e exemplifica os cargos nas áreas da medicina, educação e saúde.

No que tange a criação de emprego pelas micro e pequenas empresas, este processo ganhou mais pompa a partir dos anos 2000, com o controle da inflação. O resultado disso foi o salto de 14,1 para 31 milhões de empregados por meio destes empreendimentos. No período de 1989 a 2008 a taxa de pobreza absoluta caiu 12,9%, chegando a 17,4%, contudo. Houve um aumento de 1 milhão de pobres trabalhando nestes empreendimentos.²⁹

²⁸ Idem. pg. 43-53

²⁹ Idem.

Ao pensarmos em pobreza e miséria entendemos que um dos principais meios para solucioná-los seja com a criação de novos empregos. De fato este é um importante processo no qual se deve ter atenção. Nos últimos anos a taxa de desocupados no Brasil tem caído, em 2011, representavam 7,3% na média nacional³⁰.

Segundo cálculos realizados pelo Ministério da Fazenda a previsão do crescimento do PIB em 2010 chegaria a 7,5%, 1% a mais que as expectativas anteriores. Dentre os motivos do crescimento do PIB está o aumento da média do salário mínimo, que atingiu R\$ 1.499 em setembro de 2010. Outro motivo foi o aumento dos empregos formais, que na ocasião cresceram 8,6% entre setembro de 2009 e setembro de 2010, deixando a taxa de desemprego no Brasil em 6,2%, a mais baixa até então.

A revista Carta Capital destacou em 2010 a ação dos trabalhadores e dos sindicatos, referentes as lutas por melhores condições salariais. Tomando como exemplo os bancários e os metalúrgicos uma pequena nota no centro da matéria “Um gás a mais no contracheque”³¹, a revista enfatizava “Ganho. Os bancários obtiveram 7,5% de reajuste, 3% acima da inflação. Os metalúrgicos conseguiram 10,8%, o dobro do reajuste real do ano passado.”³²

A inflação resultada principalmente por conta da crise mundial, freou o poder de compra dos trabalhadores, fator que dificulta a pujança econômica do país, visto que 85% do PIB é resultado do poder de compra interno do país. Segundo a notícia, das 300 campanhas em prol do reajuste salarial 97% conseguiram recuperar o poder de compra desfigurado pela inflação. Ao mesmo tempo em que se negocia o reajuste salarial dos grupos de trabalhadores, mais empregos foram criados com carteiras assinadas, sendo que nos primeiros sete meses 1,9 milhões de empregos e estimando que este

³⁰ IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Pnad2011: Primeiras análises sobre o mercado de trabalho brasileiro. Brasília; IPEA, out. 2012. (Comunicado do Ipea, n 156).

³¹ Cintra, Luiz Antonio. Um gás a mais no contracheque. Carta Capital, São Paulo, 20 de outubro de 2010. pg. 32

³² Idem.

número chegue até o fim de 2010 nas margens de 2,5 milhões de empregos com carteira assinada foram criados.³³

As iniciativas do governo referentes à construção de programas que distribuam a renda de forma mais igualitária possuem grande responsabilidades referentes a essas transformações que indicamos. O Brasil garantiu desta forma que os indivíduos de classes menos abastadas garantissem renda e que as famílias brasileiras tivessem condição de consumir, fator importante para manter em pujança o mercado interno.

O Banco Central, após a crise mundial de 2009, procura segurar os ânimos econômicos por receio à inflação, receoso de um grande aumento dos gastos público. De fato, a distribuição de renda implantada no governo Lula, como o Bolsa Família e ajuste salarial anual, combateu a crise temida, se associarmos as dificuldades que o Brasil passou durante tal crise com os demais países de mundo, veremos que foi mínima.

De acordo com Khair³⁴, em programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família e a valorização do salário mínimo, tem efeito muito mais rápido sobre a economia do que boa parte dos investimentos de longa maturação. “Não parto a priori, de que não se pode crescer acima de um determinado nível, ao dar estímulo a base da pirâmide social, o governo criou condições para a autossustentação de um crescimento mais forte”, diz.³⁵

O fator primordial que garantiu a segurança econômica pública foi o aquecimento do mercado, que não regrediu durante tal período. A política de consumo manteve-se estável, inclusive com a combinação de planos como a redução do IPI para automóveis e eletrodomésticos de linha branca. Desta forma, Antônio Delfim Netto, elaborando uma análise trimestral do governo de 2010, expõe o crescimento do PIB daquele período que foi de 12,6%, um resultado expressivo comparado com os demais países. Este diagnóstico implicava em um balanço econômico e social que o Brasil alcançara nos últimos

³³ Idem. pg. 32-33.

³⁴ Segundo uma nota da revista Carta Capital, na matéria intitulada “Crescimento é palavra”, publicada em 05 de maio de 2010, esta informava que “Almir Khair é mestre de finanças públicas pela Fundação Getúlio Vargas e ex-secretário de finanças da prefeitura de São Paulo.”

³⁵ Siqueira, André. Crescer é palavra. Carta Capital, São Paulo, 05 de maio de 2010. pg. 23

oito anos. Segundo Antônio Delfim Netto, “Mantido o papel do Estado indutor, que atrai efetivamente os investimentos privados para a solução dos gargalos da infraestrutura, o Brasil terá um longo caminho de desenvolvimento com justiça social.”³⁶

Segundo o colunista, ao abordar o governo Lula que de certa forma já se encontrava em ritmo de despedida, o crescimento econômico que o Brasil passou ao longo daqueles dois mandatos é de um balanço positivo, tanto no plano externo quanto no plano interno. A respeito do primeiro o Brasil tornou-se credor mundial, combateu a dívida pública. Quanto ao segundo plano, políticas vinculadas a famílias pobres e ligadas a educação, a criação de empregos formais, contribuíram para o crescimento anual do PIB.³⁷

Podemos ver na revista Carta Capital a situação diferenciada do Brasil na primeira década do século XXI. Criou-se um ciclo no qual as pessoas em situação de pobreza passaram a participar da economia de forma ativa, ou seja, o país gerou mais empregos e possibilitou as famílias mais humildes a criarem seus próprios postos de trabalho, por consequência, estes também puderam empregar novas pessoas ao passo que seus empreendimentos cresciam e os pobres passaram a consumir, estimulando a economia interna.

Dilma Rousseff concedeu uma entrevista a revista Carta Capital explanando algumas de suas ideias, como concebia a situação atual do Brasil e que rumo devia caminhar para continuar avançando (palavras da própria).³⁸ Deste modo, a presidenciável que seria eleita alguns meses depois, falou sobre a possibilidade de ser a primeira mulher presidenta do Brasil, sobre a mídia (principalmente sobre a mídia nativa, como a própria Carta Capital gosta de chamar os veículos midiáticos de grande porte, mas sem fidelidade com as notícias, como as empresas Globo, Abril e etc.), do passado como opositora ao regime militar e sobre combate às drogas. Contudo, um assunto de grande importância chama a atenção, falou sobre o combate a miséria, na postura do presidente Lula que operou seu governo com metas de inclusão e que

³⁶ Netto, Antônio Delfim. Desenvolvimento hoje e amanhã. Carta Capital, São Paulo, 05 de maio de 2010. pg. 33.

³⁷ Idem.

³⁸ Menezes, Cynara & Lirio, Sergio. Dilma solta o verbo. Carta Capital, São Paulo, 09 de junho de 2010. pg. 26-32

pretendia continuar este legado. Perguntada sobre a situação da miséria no Brasil e como agiria em seu mandato, respondeu:

Miserável é quem tem renda de até um quarto do salário mínimo. Pobre é até meio salário mínimo. Em 2003, tínhamos um total de 77,8 milhões de pobres e passamos para 53 milhões no governo Lula. O contingente de miseráveis em 2003 era de 37,4 milhões e passou para 19,6 milhões. Então a gente tem que buscar eliminar esses 19,6 milhões de miseráveis, mas acho que também temos que olhar os 24 milhões de pobres. Só não digo que será no meu período, nem estou dizendo que será em 2014. Mas se você não colocar a meta clara e tornar isso um ponto político da pauta, passa batido. Erradicar a miséria está no centro da pauta do projeto de continuidade com avanço do governo Lula.³⁹

Dilma expôs números, falou de medidas adotadas e que manteria em seu possível governo e comprometeu-se a ampliar os projetos de cunho social com fins de erradicar a miséria no país. Claramente não se comprometeu com prazos, mas colocou a pobreza e a miséria como um problema social brasileiro a ser erradicado. Mas qual seria o caminho que o país deveria percorrer para por fim a tais mazelas?

O aumento da renda em 70% se deve a formalização do trabalho. O fato de manter uma taxa de crescimento e torna-lo sistemático formaliza o trabalho. Mas quem ganha até um quarto de salário mínimo teve programas sociais de dois tipos: tem o de proteção da renda, que é o Bolsa Família, e tem programa social com uma certa perenidade. Exemplo, na área rural, onde se concentra um grande número de miseráveis, fizemos a política de cultura familiar, multiplicamos por cinco o financiamento, criamos assistência técnica. E teve outro programa que beneficiou a pobreza rural no Brasil, o Luz Para Todos. Não se eleva socialmente ninguém se não olhar para as condições que se pode ter para fazer renda. E uma delas, imprescindível, é energia elétrica. A grande política do meu período é manter essa política rural e chegar a uma questão fundamental: as cidades. As cidades no Brasil são o local das desigualdades. Nas cidades se manifestou o que há de mais perverso no Brasil, a retirada do Estado – aí vale para municípios, estado e governo federal – das periferias. Uma grande conquista deste governo também foi indicar caminhos.

³⁹ Idem. pg. 29.

Pega o que está sendo feito no Rio, em Manguinhos, no Alemão, Pavão-Pavãozinho. É a volta do Estado.⁴⁰

Erradicar a miséria em um país do tamanho do Brasil e que sofreu historicamente com este problema é uma meta um tanto audaz, que exige projetos com continuidade, pois, não se alcança tamanho sucesso em poucos anos de governo. Enquanto circulou na mídia que a principal fonte para o sucesso do PT nas eleições de 2010 era o legado deixado por Luiz Inácio Lula da Silva à Dilma Rousseff por conta do Bolsa Família (principalmente no Nordeste) – como se o Programa Bolsa Família significasse a compra de votos e o que elegeria a presidenta Dilma Rousseff seria o medo dos pobres beneficiários de perderem o benefício – a revista Carta Capital buscou respostas que apontaram uma dinâmica maior para que os eleitores decidissem votar em Dilma Rousseff.

A transferência do eleitorado de Lula para Dilma em 2010 foi enorme, segundo estudo apresentado pela Carta Capital, quase dez a cada dez pessoas que votavam em Lula votariam em Dilma. Contudo, a reportagem que trata de política e inclusive faz um balanço das ações do opositor José Serra e seus partidários, mas traz fatores que corroboram para tamanha popularidade do governo Lula. Partindo do apoio de 95% do eleitorado pernambucano, maior porcentagem entre os estados, fica identificada que a popularidade se dá pela atenção que o governo destinou ao setor de empregos e ao consumo, diferentemente da crença de muitos que justificam o sucesso do governo de 2003- 2010 ao Programa Bolsa Família.

Vários analistas atribuem a popularidade do presidente (...) menos aos programas sociais e mais ao aumento da renda proporcionada a geração de oportunidades. O complexo portuário de Suape, o maior exemplo de pujança, gerou nos últimos três anos mais de 20 mil empregos diretos e indiretos, e se preveem outros 10 mil num futuro próximo.⁴¹

Outro fator de extrema importância é que a economia brasileira não ficou restrita às regiões Sul e Sudeste. A economia brasileira e a crescente transformação social na qual o país passou entre 2003 e 2010 abrangeu as

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Menezes, Cynara. Pelas mãos de Lula. Carta Capital, São Paulo, 07 de julho de 2010. pg. 21.

demais áreas, inclusive o Nordeste, a áreas brasileiras com maior número de pessoas em situação de pobreza.⁴²

O sucesso que o Partido dos Trabalhadores obteve nas eleições presidenciais em 2010 está ligado ao trabalho destinado a combater as dificuldades que os pobres e extremamente pobres enfrentavam. Se questionarmos a maneira como a política econômica e social brasileira se comportou nas últimas décadas, veremos que a diferença do governo petista para com as demais está no protagonismo direcionado aos sujeitos em situação de miséria. Para além deste fato, podemos considerar a incompetência dos opositores políticos ao se posicionarem não apenas no período das eleições – no ano de 2010 – mas durante todo o governo do presidente Lula.

Em uma matéria sobre a campanha do partido de oposição que pleiteava o governo federal em 2010 (PSDB), a revista fazia assunção às dificuldades destes em construir um plano que desmerecesse a atual gestão federal, de forma que os caminhos escolhidos pela oposição sempre acabavam derrubados pelo bom governo exercido pelo presidente Lula. Dando exemplo sobre as tentativas mal sucedidas, a matéria trouxe a tentativa de desconstruir a importância do Programa Bolsa Família para sociedade brasileira. Nesta ocasião, segundo dados da reportagem, o Programa atendia a quase 12,5 milhões de famílias.⁴³

Muitos grupos acusam o pobre por estar em situação de pobreza, como se esta fosse responsabilidade moral dos sujeitos. Desta forma, em uma sociedade meritocrática como a nossa, a miséria é identificada por alguns como resultado da preguiça, do desinteresse ou da incompetência. Na tentativa de desestabilizar o Programa Bolsa Família tentou-se construir uma série de estereótipos que escondessem o verdadeiro valor da transferência de renda possui no combate da pobreza.

No caso do brasileiro, o debate sobre o Bolsa Família é um bom exemplo da repetição histórica do preconceito e da força

⁴² Idem.

⁴³ Dias, Maurício. O sucesso do governo inibe a oposição. Carta Capital, São Paulo, 07 de julho de 2010. pg. 12.

dos estereótipos. Nos mais variados ambientes sociais os pobres são acusados de preferir viver do dinheiro da bolsa, em vez de trabalhar; de fazer filhos para ganhar mais dinheiro do Estado; de usar dinheiro para comprar cachaça etc. Essas acusações estereotipadas provêm, na maioria dos casos, de pessoas que não dispõem de informações sobre o programa (...) O estigma que lhes é atribuído se baseia na premissa neoliberal de que cada um é responsável pela sua posição socioeconômica como adulto, mas tal premissa desconsidera o fato de que a maioria das pessoas que pertencem à elite ou às classes mais ricas já nasceu em famílias abastadas e, portanto, não são responsáveis pela sua situação de bem-estar ou de poder.⁴⁴

O que os autores chamam de desconhecimento no texto acima, deve ser compreendido como um jogo de poder existente no meio político, em que existem restrições de governo para certos grupos. O Programa Bolsa Família rendeu votos para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e posteriormente para a presidenta Dilma Rousseff não porque transferiu renda, mas porque foi responsável pela melhora de vida dos pobres, fato que antes na história brasileira não aconteceu.

O jogo político pelo poder fica ainda mais evidente quando vemos o noticiário da revista Carta Capital na 13ª edição do prêmio Carta Capital (As empresas mais admiradas no Brasil 2010). Na entrega da premiação que condecora os empresários mais respeitados do ano, o presidente Lula discursou e fez um balanço dos seus oito anos de governo.⁴⁵

“Eu duvido que tenha um empresário neste País que ganhou menos dinheiro no meu governo do que no dos outros, que pareciam ser amigos dos empresários” [e exemplificou] “A Nestlé está vendendo mais leite para os mais pobres, o Itaú está abrindo contas correntes para os mais pobres, o Extra e o Pão de Açúcar estão vendendo mais.”⁴⁶

Como podemos compreender pelo discurso do presidente Lula, seu governo foi responsável por dialogar com distintos grupos, dos mais humildes aos mais abastados. E se recorrermos aos números que condizem com o

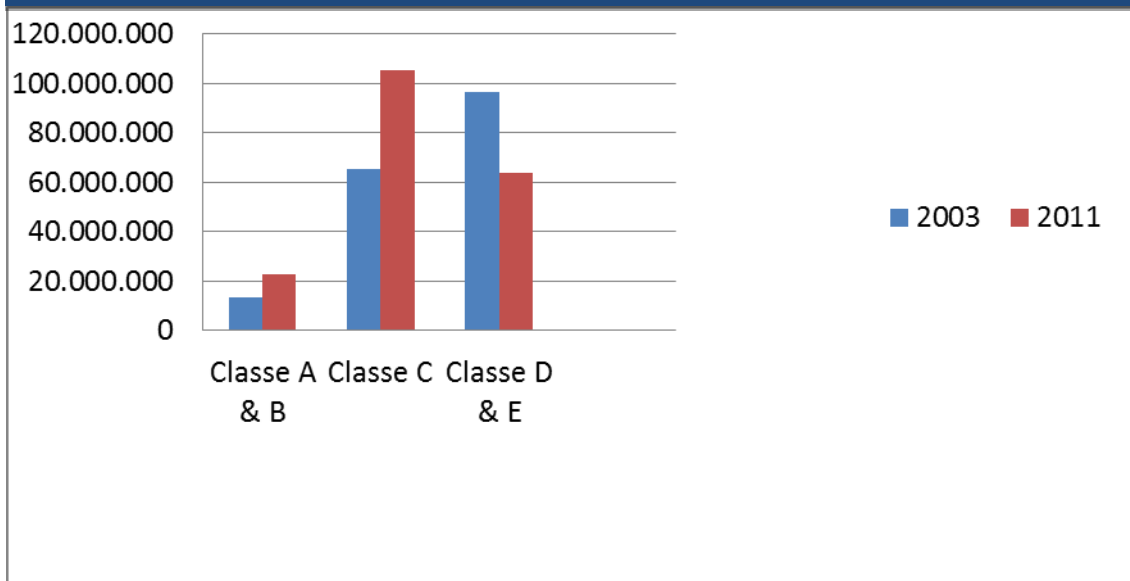
⁴⁴ REGO, Walquiria Leão & PINZANI, Alessandro. Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo. Editora Unesp. 2013.pg. 225 - 226

⁴⁵ Carta Capital. Festa e eleição. Carta Capital, São Paulo, 27 de outubro de 2010. pg. 40 - 45

⁴⁶ Idem. pg. 40 - 41

princípio de seu governo (2003) e o ano em que deixa o cargo (2011), veremos que o Brasil cresceu dando condições a ambas as classes para melhorarem de vida.

Gráfico 1. Número de pessoas em suas respectivas classes



Dados retirados dos CPS/FGV e nas microdados da Pnad/IBGE

As classes D & E, grupos em situação de pobreza e extrema pobreza, respectivamente, diminuíram em mais de 32 milhões de indivíduos, enquanto a classe C (classe média) aumentou em mais de 65 milhões de pessoas e a classe A & B (classe alta) cresceu mais de 9 milhões de pessoas. Mas fundados em números positivos, que evidenciam grandes mudanças na vida dos brasileiros, porque a oposição decidiu construir outra realidade?

Marilena Chauí chama a atenção para o “discurso competente”. Este é a forma pela qual grupos que se encontram no poder e que representam a classe burguesa dissimulam a realidade, com o intuito de construir formas de pensar e agir, e assim, construir uma identificação em que os sujeitos identifiquem-se

universalmente, como se trabalhassem unidos pelos mesmos motivos. Contudo, o princípio do “discurso competente” é mascarar a realidade, com o intuito de anular as lutas de classes. Ele é proferido por sujeitos “reconhecidos” e que por conta disso suas falas ganham holofotes.

O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores, já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.⁴⁷

No ano de 2010, a revista Carta Capital procurou respostas que possibilitassem a seus leitores refletir sobre os rumos que a eleição presidencial daquele ano tomava. Assim, com um balanço positivo dos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a revista indicava anos de reabilitação do país, com políticas focadas na criação de emprego, reajustando a economia e investindo em políticas sociais que combatiam a pobreza no Estado. Desta forma, a revista escolheu apoiar a candidatura de Dilma Rousseff por considerar que desta forma as políticas iniciadas entre 2003 e 2010 ganhariam continuidade.

⁴⁷ CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo. Cortez, 2006. pg. 19

CAPÍTULO 2: A revista Carta Capital em 2011: a expansão do trabalho pela erradicação da miséria.

2.1 O Plano Brasil Sem Miséria.

O ano de 2011 começara com a posse da primeira mulher a assumir como presidenta o Estado brasileiro. Como a própria afirmara em seu discurso no dia 01/01/2011: “Hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher⁴⁸”. Assim, a presidenta fazia questão de declarar que seu trabalho seria norteado pela inclusão de todos os brasileiros, mas que deveria dar grande atenção aos historicamente excluídos.

A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos. Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do presidente Lula, mas ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir a nossa afirmação plena como povo desenvolvido. Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos à mesa.⁴⁹

As iniciativas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e posteriormente da presidenta Dilma Rousseff referentes à construção de programas que distribuam a renda de forma mais igualitária possuem grande responsabilidades referentes a essas transformações que indicamos. Mas quem são as pessoas “excluídas”? Basta incorporá-las em um sistema financeiro para deixarem de pertencer aos grupos miseráveis?

O Plano Brasil Sem Miséria foi constituído em 2011 como uma das primeiras ações do governo da presidenta Dilma Rousseff. Conforme

⁴⁸ Trecho retirado em: Corazza, Felipe. Dilma toma posse: “Sou a presidenta de todos os brasileiros”. Carta Capital, São Paulo, 01 de janeiro de 2011. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-toma-posse-sou-a-presidenta-de-todos-os-brasileiros>>. Acesso em 05 de janeiro de 2015, às 15:45h.

⁴⁹ Idem.

reconhecido pelo artigo “O SUAS no Plano Brasil Sem Miséria⁵⁰”, uma das funções deste processo é garantir aos 16 milhões de brasileiros que vivem em extrema pobreza, meios integrantes ao processo de crescimento econômico.

Anunciado em maio de 2011 pela revista Carta Capital, o Plano Brasil Sem Miséria foi construído a partir do programa Bolsa Família, contudo, possui outras formas de agir. Assim, o plano “implica desenhar soluções específicas para cada segmento, comunidade ou até família, em vez de lhes destinar um benefício padronizado, por mais relevante que seja.”⁵¹

A ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, concedeu a revista Carta Capital uma entrevista na qual divulgara a construção do Plano Brasil Sem Miséria. Segundo ela, a estratégia de desenvolver um plano se da por conta da necessidade de tirar 16 milhões de pessoas da pobreza e proporcionar a estas mesmas, condições de participação no crescimento do país, ir além da transferência de renda.⁵²

Trabalhamos com um plano mesmo, cujo objetivo é atender a 16 milhões de brasileiros em situações absolutamente diversas. Não existe uma solução única. Além disso, consideramos insuficiente trabalhar exclusivamente com a ideia de transferência de renda, embora este seja um componente importante do plano. O Brasil de hoje cresce em todos os sentidos: nas cidades, no campo, no Sul e no Norte. Tem oportunidades para todo mundo. Engana-se quem pensa que os mais pobres querem receber uma grana por mês para não fazer nada. Querem a oportunidade de participar do crescimento. De trabalhar, de abrir seu próprio negócio, de estudar, de ter acesso a serviços. O plano responde a este momento da realidade brasileira. Seu objetivo é melhorar a capacidade dessa porção totalmente excluída.⁵³

Assim, o plano indica diretamente três eixos para erradicar a situação de extrema pobreza no Brasil:

⁵⁰ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. O SUAS no Plano Brasil Sem Miséria. Brasília. 2012.

⁵¹ Coimbra, Marcos. O Bolsa Família de Dilma Rousseff. Carta Capital, São Paulo, 13 de maio de 2011. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-bolsa-familia-da-dilma>>.

Acesso em 05 de janeiro de 2015, às 16:09 horas.

⁵² Lório, Sérgio A. Força-tarefa contra a miséria. Carta Capital. São Paulo. 22 de junho de 2011. P. 34-37.

⁵³ Idem. p. 34.

- Garantia de renda;
- Inclusão produtiva;
- Acesso a serviços sociais;

O primeiro eixo está ligado à responsabilidade do Estado em garantir aos seus cidadãos o mínimo de renda para sobrevivência. Assim, criado no início do governo Lula, o Bolsa Família definiu como famílias de extrema pobreza aquelas que possuíam uma renda *per capita* menor ou igual a R\$ 70,00 e em condição de pobreza para as famílias com uma renda *per capita* inferior a R\$ 140,00. Além do PBF, podemos destacar como exemplo do serviço de transferência de renda o Brasil Carinhoso, criado para acompanhar a situação de crianças de 0 a 6 anos em situação de miséria.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a transferência de renda destinada ao auxílio de deficientes e idosos que não ultrapassam em sua renda *per capita* $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. É na faixa etária dos idosos que a renda costuma diminuir, por conta de despesas com alimentação, saúde e remédio – além de outras, necessárias em qualquer faixa etária – aliadas a aposentadoria⁵⁴. Assim, a transferência de renda faz-se necessária para garantir melhores condições.

A Previdência Social dá segurança aos empregados com carteira de salário assinada. Através da contribuição destes garantem-se direitos em caso de aposentadoria ou de desemprego. A proteção que a Previdência Social criou surtiu efeitos consideráveis, segundo um estudo feito por Leandro José Rolim Guimarães, de 2002 a 2011, a taxa de contribuição aumentou de 48,9% para 62,6% respectivamente.⁵⁵

O segundo eixo constitui ações do governo com o ímpeto de proporcionar a qualificação profissional, de modo que os indivíduos não fiquem presos a necessidade de transferência de renda. Compreende-se este eixo como um passo adiante relativo ao primeiro eixo. Assim foram ações e estímulos para a

⁵⁴ NERI, Marcelo Cortes. Renda, consumo e aposentadoria: evidências, atitudes e percepções. CPS/FGV. 2007.

⁵⁵ GUIMARÃES, Leandro J. R. & Outros. Possibilidades e Limites Para a Expansão da Proteção Social Pela Via contributiva Clássica: Notas Sobre a Inclusão Previdenciária Ocupada: *In*. Campello, Tereza & Neri, Marcelo C. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília, Ipea.2013. pg. 67.

realização destes. Dentro do eixo de Inclusão produtiva estão projetos como: Inclusão Produtiva Rural que visa auxiliar produtores em situação de miséria a produzir e comercializar, além de ajudá-los nas condições para produzir, como a construção de cisternas e com auxílio técnico. O Bolsa Verde que repassa renda a famílias em situação de pobreza extrema que visem realizar atividades que conservem o meio ambiente. E o programa Luz para todos com a pretensão de universalizar aos brasileiros o acesso a energia elétrica.

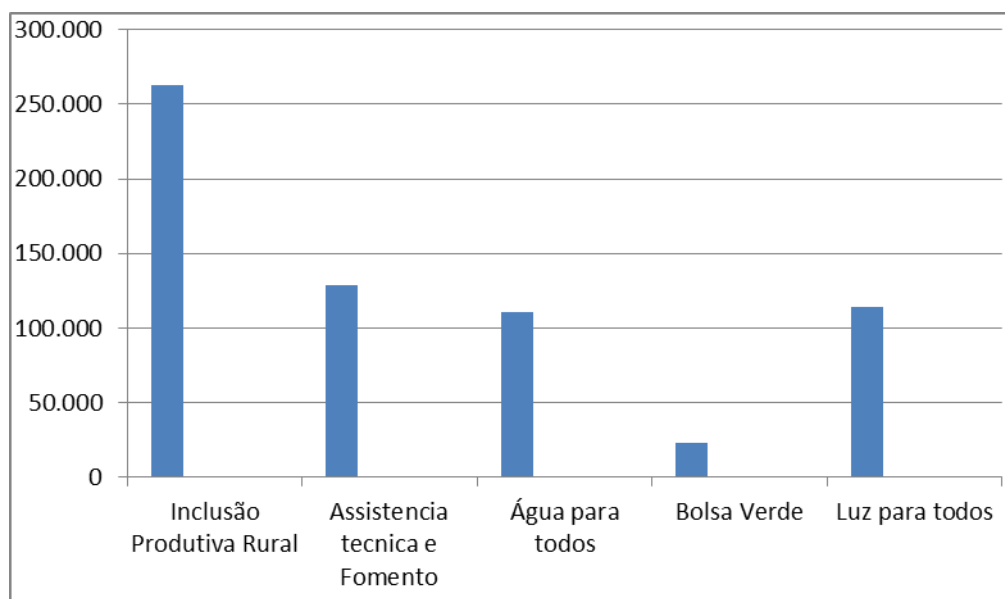
Muitos sujeitos que se encontram na extrema pobreza vivem nas regiões rurais do Brasil. Geralmente, são famílias proprietárias de terras, mas sem nenhuma forma de realizar produções agrícolas ou pecuárias.

A intensidade da pobreza no campo é muito mais grave que na cidade. De cada quatro moradores do meio rural, um é extremamente pobre. Mas há uma diferença: em geral, são assentados ou agricultores familiares. Por tanto, ao contrário dos trabalhadores urbanos, eles têm terra. Ela pode ser insuficiente ou de difícil manejo, como no Semiárido, mas é um meio a ser explorado a favor dessa população.⁵⁶

Abaixo, vemos um gráfico com informações publicadas pelo Plano Brasil sem Miséria um ano após sua criação, demonstrando por meio de suas ações o número de famílias beneficiadas pelo eixo de Inclusão Produtiva:

Gráfico 2. Número de famílias beneficiadas pela Inclusão Produtiva.

⁵⁶ Lúrio, Sérgio A. Força-tarefa contra a miséria. Carta Capital. São Paulo. 22 de junho de 2011. P.35.



Dados disponíveis em: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Plano Brasil Sem Miséria: 1 ano de resultados. Brasília. 2012.

O terceiro eixo, acesso a serviços sociais, é referente aos direitos dos cidadãos e a obrigatoriedade do Estado. Assim, o governo deve garantir e reconhecer por meio deste documento o direito a saúde, energia elétrica, assistência social, água, educação, ou seja, uma série de fatores que somados condicionam o direito de bem-estar social.

Conforme apresentado pelo Plano Brasil Sem Miséria, foram repassados recursos para a edificação de 2.077 UBS (Unidades Básicas de Saúde) em territórios de situação de risco, em 2011 repassou-se para Estados e municípios, sendo que R\$ 25,9 milhões destinou-se aos municípios com alta calamidade de doenças⁵⁷.

Esta questão esteve retratada na revista Carta Capital apresentando o seguinte anúncio: “A saúde está mais perto dos brasileiros⁵⁸”. O anúncio propaga os investimentos que o governo federal destinou para a área da saúde. As informações deste informa a presença a das UBS (Unidades Básicas de Saúde) em todas as cidades brasileiras, com mais de 430 mil profissionais da área de saúde e 38 mil unidade de atendimento.⁵⁹

⁵⁷ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Plano Brasil Sem Miséria: 1 ano de resultados. Brasília. 2012.

⁵⁸ CARTA CAPITAL. Chevron: trapças e mentiras. São Paulo. 30 de novembro de 2011. P.

09.

⁵⁹ Idem p. 09.

Outra importante medida adotada pelo governo federal foram os investimentos direcionados ao ensino técnico. Destinado à população de baixa renda, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) gera oportunidade de aprendizado, capacitando os educandos a novas dimensões de empregos.

Segundo o então Ministro da Educação Fernando Haddad (2011), o PRONATEC oferecia 1 milhão de vagas anuais e possuía como meta oferecer até 2020 o dobro de vagas.⁶⁰ Mas o que estimula os indivíduos a procurarem tal recurso?

Para Walmir Quadros, professor colaborador do Instituto de Economia da Unicamp, o motivo está ligado a atenção que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu as famílias pobres brasileiras e a construção de empregos, que gerou uma ascensão social e econômica. Assim, a matéria da revista Carta Capital intitulada “Uma aposta contemporânea” reflete sobre esta perspectiva:

Quadros afirma que o País passou por oito anos de dinamismo social, puxado pelo crescimento da economia. Pelos seus cálculos, levando em conta dados do governo federal, o número de ocupados no País passou de 76,5 milhões, em 2003, para 88 milhões, em 2009. “Houve um aumento do número de ocupados de mais de 11,4 milhões de pessoas. Porém houve a redução no número de miseráveis (com rendimento de até um salário mínimo) de 10,5 milhões. No total o efetivo de ocupados cresceu 21,9 milhões, o que dá quase 30% de elevação sobre o estoque de 2003”, afirma. Não foi apenas o número de empregos que cresceu, mas houve uma mobilidade entre as camadas sociais. Na sua opinião, esse fato abre espaço para um cenário mais otimista na sociedade e entre os jovens, o que estimula a procurar por educação e cursos profissionalizantes.⁶¹

Entre as carências provocadas pela falta de políticas públicas está o direito a moradia. Desta forma o governo implantou o Minha Casa Minha Vida

⁶⁰ ROCCO, Nelson. Uma aposta contemporânea. Carta Capital. São Paulo. 30 de novembro de 2011. P. 48.

⁶¹ Idem. p. 51.

(MCMV), em que famílias de baixa renda, através do CadÚnico⁶², tem a possibilidade de conseguir a casa própria. O projeto, uni os investimentos habitacionais ao de urbanismo, melhorando a condição de vida dos cidadãos.⁶³

O programa em questão é também de grande importância se analisarmos o número de famílias em coabitação no país. “A coabitação familiar, juntamente com o ônus excessivo com o pagamento de aluguel são os principais componentes do déficit habitacional nas áreas urbanas e nas regiões metropolitanas.”⁶⁴ O documento ainda mostra que 62,9% das famílias jovens secundárias pretendem buscar uma independência financeira e construir sua própria casa.⁶⁵ Assim, o MCMV torna-se uma opção para as famílias jovens que possuem baixa renda.

2.1 O Programa Bolsa Família: combatendo a desigualdade social.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003, e reconhecia a necessidade de superação da pobreza sendo desenvolvido com o objetivo de transferir renda para as camadas mais pobres da população. Assim, ficou sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) gerir o programa e estipular condições para a transferência de renda. Sendo assim, as famílias com renda *per capita* igual ou menor a R\$ 70,00 foram consideradas em condição de extrema pobreza e as famílias com renda *per capita* iguais ou inferiores a R\$ 140,00 em condição de pobreza. Ambas participariam do programa.

⁶² O CadÚnico (Cadastro Único) é um instrumento utilizado pelo governo federal para identificar as famílias que se encontram em situação de miséria e pobreza, e a partir das informações coletadas, oferece-las programas sociais.

⁶³ IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O programa Minha Casa Minha Vida em municípios de até 50 mil habitantes: quadro institucional e prognósticos da provisão habitacional de interesse social. Brasília; IPEA, maio. 2012. (Comunicado do Ipea, n 146).

⁶⁴ IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Coabitação familiar e formação de novos municípios nas áreas urbanas brasileiras. Brasília; IPEA, abr. 2012. (Comunicado do Ipea, n 142). pg. 3.

⁶⁵ Idem. pg. 4.

Muito se fala sobre a origem desta iniciativa, inclusive ligando-a ao governo precedido pelo governo Lula, contudo, como esclarece Marco Aurélio Weissheimer:

No final do governo Fernando Henrique Cardoso foram lançadas algumas políticas voltadas para a melhoria da renda e da qualidade de vida da população mais pobre: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem, Sentinela, Bolsa Jovem, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. O governo Lula, com a criação do MDS, vai incorporar e integrar essas políticas em um único programa que vai unificar as ações públicas nas áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação infantil e transferência de renda.⁶⁶

Ao falar sobre a origem do programa é necessário compreender que o diferencial está na atitude de uni-los, estudar as condições dos sujeitos em situação pobre e compreender que um objetivo não deve estar desligado do outro, pois são condicionantes. As políticas públicas precisam estar além da iniciativa de levantar dados, mas de explorá-los e ir até os que necessitam de novas possibilidades. O Programa Bolsa Família desta forma reconheceu direitos e deveres da população em miséria, gerando autonomia.

Em março de 2011, a presidenta Dilma Rousseff anunciou que o Programa Bolsa Família seria reajustado em média de 19,4%, podendo chegar até a 45,5%.⁶⁷ Assim, a revista Carta Capital publicou um artigo dando ênfase a mudança de valores que o programa passaria a ter:

O valor ajustado representa, em média, um aumento real de 8,7% acima da inflação do período de setembro de 2009 a março de 2011. Com isso, o benefício médio atual de R\$ 96 subirá para R\$ 115. Os valores a serem pagos vão variar de R\$ 32 a R\$ 242. Atualmente vão de R\$ 22 a R\$ 200.⁶⁸

⁶⁶ WEISSHEIMER, Marco A. Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010 pg. 55- 56.

⁶⁷ Lima, Luciana. Dilma anuncia reajuste médio de 19,4% para o Bolsa Família. Carta Capital, São Paulo, 01 de março de 2011. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-anuncia-reajuste-medio-de-194-para-o-bolsa-familia>>. Acesso em 08 de janeiro de 2015, às 15:20 horas.

⁶⁸ Idem.

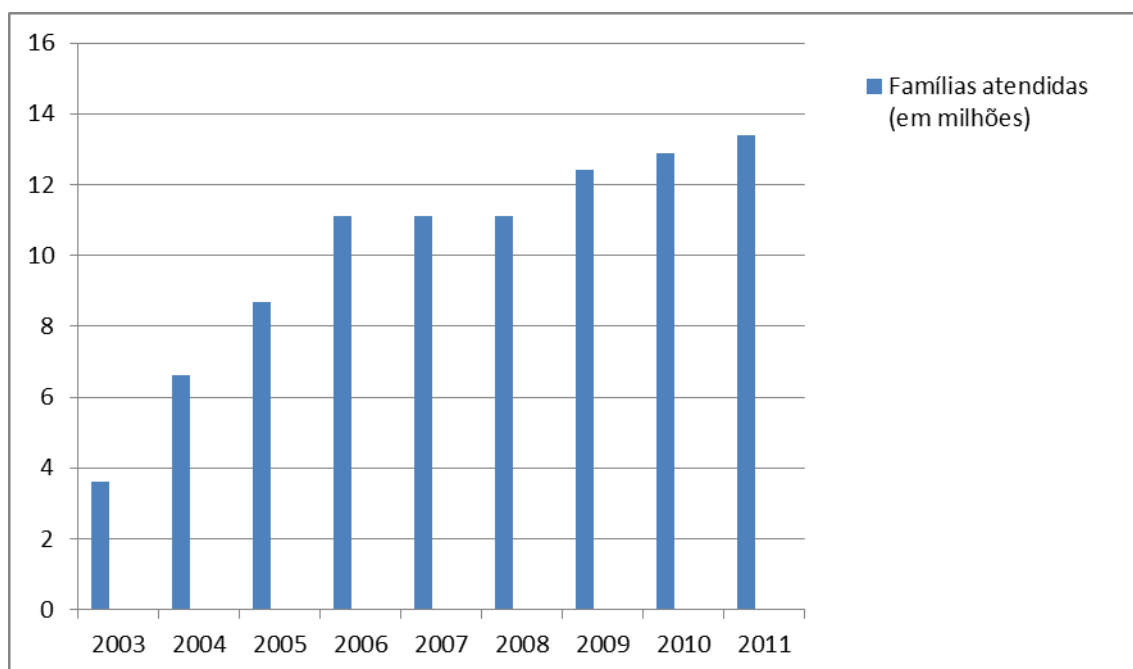
É direito do cidadão ter acesso a serviços sociais de qualidade e aos poucos o Programa Bolsa Família foi instituindo-se a procura de beneficiar sujeitos desprotegidos socialmente. Com isso também exigiu a participação das famílias, sendo que as crianças tivessem frequência regular na escola, além de estar em dia com a vacinação e nutrição. Isso, sem cobrar uma resposta devolutiva quanto aos gastos do dinheiro recebido, mas sim, confiando nos participantes do programa.

O sucesso do Programa Bolsa Família pode ser avaliado inclusive pelos ataques de seus críticos. Ao criar o programa, uma série de rumores desacreditavam as metas que este realmente pretendia alcançar, assim este seria uma motivação para a preguiça, gerador de gravidez com intuítos econômicos, assistencialismo, uma medida populista e partidária. Porém, foram outros rumos que o programa alcançou e oportunizou-se como fonte para ampliar os direitos sociais geralmente negados⁶⁹.

Quando temos acesso às falas dos beneficiados com o PBF, reconhecemos o quanto é importante e positivo foi a criação deste projeto. Além da realidade que se tentou investigar, devemos ouvir aqueles que estão envolvidos em meio à problemática da pobreza, os sujeitos envolvidos nas práticas.

Gráfico 3. Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família.

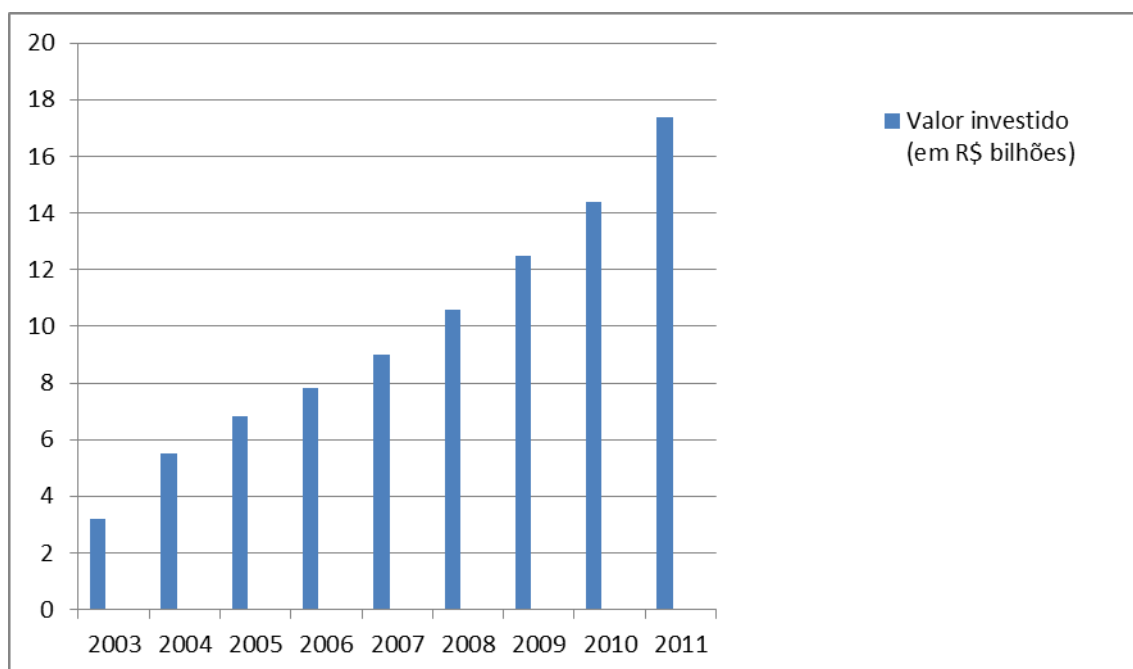
⁶⁹CAMPELLO, Tereza. Uma Década Derrubando Mitos e Superando Expectativas. In. Campello, Tereza & Neri, Marcelo C. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília, Ipea. 2013.



Dados disponíveis em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/10/bolsa-familia-completa-nove-anos-e-beneficia-13-7-milhoes-de-familias>>.

O Gráfico 3 mostra-nos a evolução que o Programa Bolsa Família alcançou. Em seu primeiro ano de criação (2003) 3,6 milhões de famílias foram beneficiadas, em 2010 (último ano de mandato do presidente Lula) 12,9 milhões de famílias e um ano seguinte (em que foi criado no governo da presidenta Dilma Rousseff o Plano Brasil Sem Miséria) esse número aumentou em quinhentas mil famílias.

Gráfico 4. Valor investido no Programa Bolsa Família.



Dados disponíveis em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/10/bolsa-familia-completa-nove-anos-e-beneficia-13-7-milhoes-de-familias>>.

Conforme podemos acompanhar no Gráfico 4 o valor dos investimentos direcionados ao Programa Bolsa Família também aumentou. Por conta de reajustes (necessários por conta da inflação e pelo aumento de famílias beneficiadas pelo programa) o valor que inicial em 2003 era de R\$ 3,2 bilhões, em 2010 esse valor alcançara R\$ 14,4 bilhões, ganhando no ano seguinte um acréscimo de R\$ 3 bilhões.

Ouvindo as mulheres, membro familiar escolhido pelo programa para receber o benefício, Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani, mostram-nos as falas dos indivíduos que não são expostas nas mídias, mas são quem realmente interessa-nos ouvir. Vejamos as falas de Dona Ana (25 anos) e Dona Luisa (36 anos)⁷⁰, respectivamente:

- Porque a gente depende de um direito do governo, não é um favor, porque a gente paga imposto.⁷¹

⁷⁰Devemos ressaltar que estes não são os nomes verdadeiros das entrevistadas. Seus nomes foram mudados com o intuito de lhes garantir maior privacidade.

⁷¹REGO, Walquiria Leão & PINZANI, Alessandro. Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 93

- Acho, Ave Maria, eu acho muito bom. Porque já é uma ajuda pra gente. E para muitos que precisam. Para mim foi muito bom ter esse dinheiro. Se acabar isso, daí não tem mais jeito de a gente viver nesse mundo, né? É uma ajuda grande isso daí.⁷²

Garantir uma renda básica as pessoas em estado de miséria representa muito mais do que assistencialismo, pelo contrário, é um modo de corroborar com sua inserção em uma sociedade de exclusões. Além disso, ao dar um mínimo de suporte financeiro, o programa estipulou espaços de acesso á outras carências como saúde, educação e acesso a condições materiais. Além disso, o dinheiro é gasto pelas famílias conforme lhes cabe, como a compra de produtos alimentícios, de necessidades pessoas, investimentos educacionais e melhorias em suas moradias.

O Programa Bolsa Família foi o propulsor do Plano Brasil Sem Miséria. O primeiro foi repensado. O segundo tratou de uma reflexão e ampliação dos programas sociais que foram desenvolvidos a partir de 2003. Desta forma é válido questionar, o que significa um plano?

O Programa Bolsa Família não teria tamanha amplitude se não tivesse agido combinando proteção e ascensão social. Assim, devemos compreender a transformação destas ações em plano uma vez que elas fortaleceram grande parte daqueles que se encontravam na miséria e a partir de então busca-se traçar estratégias para solidificar os patamares alcançados, para não tornarem a vivenciar as condições de pobreza de anteriormente.

A atuação do Programa Bolsa Família apresenta respostas positivas tanto no âmbito social, em que é responsável por ajudar famílias em situação miserável a abandonar a condição de risco no âmbito econômico. Segundo Marco A. Weissheimer os recursos destinados ao pagamento do Programa Bolsa Família em 2008 correspondia a 0,39%⁷³ do PIB (Produto Interno Bruto).

⁷² Idem, 111

⁷³ WEISSHEIMER, Marco A. Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010 pg. 35.

Fazendo comparação desta constatação com o estudo realizado pelo IPEA⁷⁴, no período de atuação do Programa Bolsa Família (2002 - 2012) o PIB cresceu 2,59% ao ano. O mais importante é o retorno social que se observa, contudo, essa análise mostra como as ações montaram uma conjuntura combinada. A situação de bem-estar passaram a assumir uma crescente constante a partir de 2003, de forma que a economia interna se fortaleceu.

Em meio ao trabalho realizado pelas políticas públicas e sociais, é importante destacar o trabalho do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Este opera de acordo com a particularidade que cada região tem. É responsável por ir atrás de indivíduos que ainda não tem acesso aos serviços de proteção social. Desta forma:

O Suas é, pois, uma realidade em movimento com ritmos e alcances heterogêneos. Sua implementação integra um processo dinâmico que se instala nos municípios e estados brasileiros, introduzindo deslocamentos e mudanças significativas nas referências conceituais, na estrutura organizativa e na lógica de gestão e controle público das ações na área⁷⁵.

O Suas, atua capitaneando informações que auxiliam o Plano Brasil Sem Miséria. É interessante ressaltar que desta forma o governo exime-se da desculpa que o serviço estava à disposição do indivíduo e este não foi atrás. Desta forma, o serviço existe e os responsáveis pela sua realização vão a procura dos que necessitam.

Assim, quando falamos do Suas e das dificuldades territoriais e sociais que existem no Brasil:

São conhecidos os efeitos sociais da segregação e da *guetificação* dos territórios que impedem a convivência entre grupos e classes sociais heterogêneos e os diferentes usos e “contra-usos” da cidade. São processos que contradizem os

⁷⁴ IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE. Brasília; IPEA, out. 2012. (Comunicado do Ipea, n 159).

⁷⁵ SILVA, Maria Ozanira da Silva e, ARAUJO, Cleonice Correia, LIMA, Valeria Ferreira Santos de Almada. Implantação, implementação e condições de funcionamento do suas nos municípios. In COUTO, Berenice Rojas, YAZBEK, Maria Carmelita, RAICHELIS, Raquel, SILVA, Maria Ozanira da Silva e (orgs.). *O Sistema Único de Assistência social no Brasil: uma realidade em movimento*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 115

valores de universalidade, heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que fundamentam a construção de espaços públicos democráticos⁷⁶.

Segundo o Plano Brasil Sem Miséria, os esforços tem sido constantes para alcançar aqueles que se encontram em situação de miséria, sendo que de acordo com cada território, investe-se em meios de transportes específicos para a realização do trabalho, desde o uso de transporte como lanchas, carros ou em regiões que o acesso não é possível por estes meios os agentes vão a pé.

Dentro do Suas devemos destacar o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) que ajuda as famílias em situação de risco e o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) acompanhando famílias que necessitam de proteção especial em situação de extrema pobreza, em casos de violência e fortalecendo junções comunitárias⁷⁷

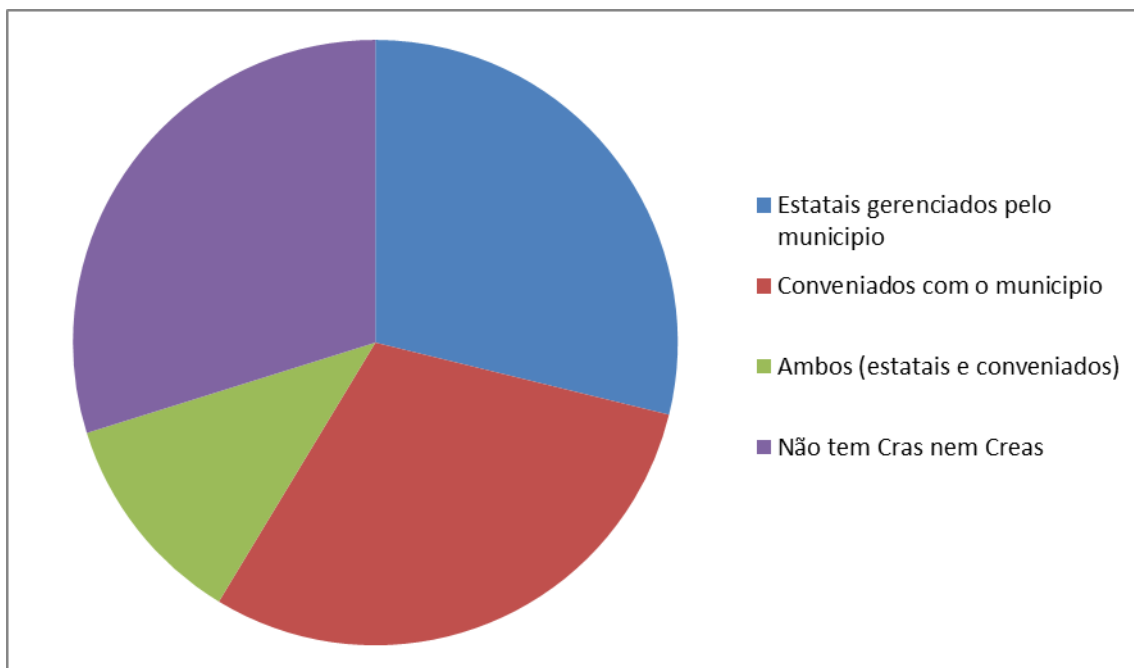
Para o desenvolvimento das ações do CRAS e CREAS, constituiu-se uma rede entre os governos estadual, municipal e federal. Assim, torna-se possível maior êxito no combate a pobreza e a miséria, a partir que passam a trocar informações localizadas.

Assim, por meio do gráfico podemos ver como está situado a participação destes nos trabalhos do CRAS e CREAS:

Gráfico 5. Formas de gestão do Cras e Creas.

⁷⁶COUTO, Berenice Rojas, YAZBEK, Maria Carmelita, RAICHELIS, Raquel. A política nacional de assistência social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. *In*: COUTO, Berenice Rojas, YAZBEK, Maria Carmelita, RAICHELIS, Raquel, SILVA, Maria Ozanira da Silva e (orgs.). op. cit., 2012, p. 74

⁷⁷BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. O SUAS no Plano Brasil Sem Miséria. Brasília.2012.



Dados disponíveis em: COUTO, Berenice Rojas, YAZBEK, Maria Carmelita, RAICHELIS, Raquel, SILVA, Maria Ozanira da Silva e (orgs.). O Sistema Único de Assistência social no Brasil: uma realidade em movimento. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 96.

Desta forma, as famílias são inscritas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais), em que o governo através das informações cedidas pelas famílias, pode oferecê-las serviços sociais. Assim, o governo pode ter informações e um controle da situação das famílias.⁷⁸

2.2 Uma “nova classe média”?

Com as mudanças observadas na sociedade brasileira na chamada “década da inclusão⁷⁹”, surgiram novas expectativas – principalmente por parte dos economistas – que avaliam o surgimento de uma “nova classe média” formada pelas pessoas que saíram da condição de pobreza.

Segundo Marcelo Neri, a denominada nova classe média é “o sentido positivo e prospectivo daquele que realizou – e continua a realizar – o sonho de

⁷⁸ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Brasília.2012.

⁷⁹ Primeira década do século XXI

subir na vida.”⁸⁰ Em outras palavras, trata-se dos indivíduos que abandonaram as chamadas classes D e E, chegando às classes A, B e C.

Assim, o autor trás com base nos CPS/FGV e nos micro dados da Pnad/IBGE os seguintes dados:⁸¹

Tabela 1. Número de pessoas em suas respectivas classes.

Ano Classe	2003	2011
A & B	13.330.250	22.526.223
C	65.279.496	105.468.908
D & E	96.205.814	63.592.062

Como a tabela apresenta, em valores numéricos, as classes A, B e C aumentaram no prazo de oito anos em mais de 49,3 milhões de pessoas. Além disso, as classes D e E diminuíram em mais de 32,6 milhões de pessoas. Desta forma, baseando-nos nas estimativas das Pnad/IBGE⁸², mais de 16,4 milhões de famílias abandonaram a situação preocupante de pobreza e extrema pobreza.

Deve-se as políticas públicas a responsabilidade pelo grande número de pessoas que saíram pobreza e melhoraram de vida. Segundo dados do CPS/FGV em 2005/2006 a variação de renda dos 50% mais pobres era de 54,1%. O que indica a importância da implantação da política de transferência de renda no país⁸³.

⁸⁰ NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011. pg. 18.

⁸¹ Idem. pg. 29.

⁸² Segundo dados das Pnad/IBGE, as famílias brasileiras possuem em média 3,0 pessoas. Ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>.

⁸³ CPS/FGV. Miséria, desigualdade e políticas de renda: o real do Lula. CPS/FGV. 2006. pg. 41.

Corroborando com as políticas públicas, o trabalho também exerceu forte influencia neste período, para que muitas famílias melhorasse suas situações. Conforme a revista Carta Capital destacou:

“O grande símbolo da classe C é a carteira assinada”, afirma o chefe do Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri. A geração de postos de trabalho formais nos últimos anos tem sido, segundo o professor, o fato decisivo para aproximar a estrutura social brasileira mais de um losango do que da antiga pirâmide de bases largas.⁸⁴

Outros dados colaboraram para a denominação da “nova classe média”, pois como o autor e outros estudiosos podem demonstrar através dos estudos do IPEA, das CPS/FGV e dos dados das Pnad/IBGE, aumentaram o grau de escolaridade, o acesso aos serviços sociais, a economia e a renda *per capita*.

Porém, ao falar do social e mencionar as estimativas econômicas devemos ter um certo cuidado. Certamente houve mudanças significativas e numéricas baseando-nos nas estimativas econômicas apresentadas, foi certamente uma década de muitas mudanças, contudo, muito ainda necessita ser feito. Mesmo reconhecendo que o número das classes D e E, isto é, os sujeitos que se encontravam em condições de miséria diminuíram e mudaram suas vidas, essa suposta “nova classe média” pode-nos proporcionar enganos, uma vez que, muitos destes ainda se encontram em condições de risco e sem o auxílio do governo – como os programas oferecidos pelo Plano Brasil Sem Miséria – podem retornar a situação anterior. Temos uma classe média maior, contudo, uma classe média que necessita de atenção, pois, ainda existe um risco de vulnerabilidade caso essas famílias emergentes encontrem-se fora dos planos constituídos pelo Estado.

Outro fator importante ao generalizar a classe média, são os erros de atenção que podemos exercer e perigosamente retornar a uma estatística indesejável. Se a pobreza alcançou números alarmantes – tanto no Brasil, quanto em todo mundo – deve-se ao fato do desinteresse de alterá-las e por não reconhecerem os pobres como sujeitos ativos da sociedade. Assim, ao analisarmos os que ainda são pobres com medidas generalizantes podemos

⁸⁴ Siqueira, André. O poder emergente. Carta Capital. São Paulo. 22 de junho de 2011. p. 30.

construir o que Amaral Lapa chamava a atenção no início do século passado em que:

Quando muito se concede que o pobre passe a ser objeto de estudo, justamente quando deixa de ser pobre (...) para os valores burgueses da sociedade em que se insere, quando sua virtualidade pessoal ou a eficácia das válvulas de ascensão socioeconômica permite a superação da pobreza. É o *self-made man* consagrado pela sociedade tradicional e pela história oficial⁸⁵.

Basear-se em conceitos como este – nova classe média – provoca a necessidade investigar mais profundamente a complexidade dessa realidade. Os indicadores refletem uma mudança de política que discute a realidade brasileira, apontam medidas e traçam metas concretas para que diminua o número de pobres, mas muito ainda precisa ser feito, tanto para erradicar a pobreza que ainda existe, quanto para promover bases sociais sólidas aos que a deixaram.

⁸⁵ LAPA, Jose Roberto do Amaral. Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 25

Considerações Finais.

Os meios de comunicação assumem cada vez mais importância na vida dos sujeitos. A interatividade da imprensa para com o meio social vai da transmissão de notícias até a capacidade de gerar e influenciar opiniões. Assim, devemos compreender que a imprensa constitui o social por meio de várias representações, o que por consequência nos permite entender que a relação entre imprensa e sociedade está dotada de historicidade.

Desta maneira, a revista Carta Capital representa uma linguagem entre outras tantas existentes na imprensa brasileira, contudo, apresenta posicionamentos diferenciados, visto que apoiou a candidatura de Dilma Rousseff à presidência da república em 2010, pautando-se nas transformações sociais que o país apresentava na primeira década do século XXI.

Mas afinal, se houve transformações, o que está mudando? Qual o movimento histórico que percebemos nessa teia de transformações sociais? Como a revista Carta Capital discute a realidade dos sujeitos brasileiros em situação de miséria e pobreza?

Evidenciamos na primeira década do século XXI que houve mudanças no Brasil. Falamos de um momento que parte de uma crise econômica que acontecia de forma instável e que atingia o social. Crise esta que foi capaz de multiplicar o número de pobres ao invés de procurar sanar os motivos que elevavam a miséria em nosso país. O período que a partir de então sofre mudanças parte da eleição de um partido de esquerda no Brasil e que ao assumir a Presidência da República articula consigo estratégias de combate às carências sociais brasileiras.

A revista Carta Capital expõe que os projetos direcionados às questões sociais têm surtido efeitos. Podemos constatar que o número de indivíduos que viviam em condições precárias diminuiu. Contudo é necessário entender que para uma estruturação justa do país necessita-se de investimentos e planos que corroborem não simplesmente para combater a miséria ou para diminuí-la temporariamente. Desta forma, o Projeto Bolsa Família criado no

Brasil, reconheceu a realidade pobre do país e a partir dele, pode-se pensar em um desmembramento que garantisse aos brasileiros condições de vida mais concretas, que surgiram com a criação do Plano Brasil Sem Miséria.

Falar em uma nova classe média partindo basicamente de números pode fazer com que maquiemos uma situação irreal. É certo que muitas famílias abandonaram as zonas de calamidade social, mas ainda são dependentes da transferência de renda para lá estarem.

Podemos então reconhecer que a primeira década do século XXI foi responsável por muitas mudanças e que o panorama brasileiro, mas principalmente no que se refere aos pobres mudou significativamente. Propiciar a todos uma condição de vida justa é exercer o direito à democracia

Ao analisar as sociedades de classe e as lutas que acontecem entre estas, evidenciamos as disparidades que se constituem. O Brasil, que historicamente esteve diante de aspectos como a desigualdade, a exclusão social, a miséria e outras mazelas, sofreu mudanças políticas e governais, porém não mudou suas medidas prioritárias vinculadas a grupos hegemônicos. Hobsbawm é direto em suas observações quando se trata da necessidade de representar os excluídos, compreendendo que

(...) continua a existir o hiato entre ricos e pobres e divisões entre grupos sociais com interesses divergentes, não importa que chamemos ou não esses grupos de “classes”. Quaisquer que sejam as hierarquias sociais, muito diferentes de cem ou duzentos anos atrás, a política prossegue, ainda que só em parte como política de classe⁸⁶.

Portanto, as políticas de combate à pobreza e de inclusão social vem sendo instauradas no Brasil de modo mais sistemático. Ainda é notória a necessidade de abranger os grupos excluídos e dar a estes, suporte para que sua autonomia seja consistente e estruturada, ou seja, garantir serviços básicos como saúde, educação, lazer e cultura e permitir-lhes meios de não retornar à condição de pobreza. Assim, os números nos mostram avanços positivos perante o rompimento da situação da pobreza do Estado brasileiro, e

⁸⁶HOBBSAWM, Eric. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 371

o governo ao estabilizar-se economicamente, propiciou metas para o combate a miséria e construiu projetos sociais com base nas políticas públicas consistentes para sua realidade e para a estabilidade futura⁸⁷.

O Brasil da primeira década do século XXI construiu políticas de avanço para todas suas classes, rompendo com a instabilidade negativa que presenciamos ao longo da história, conforme podemos ver ao analisar as notícias da revista Carta Capital em 2010 e 2011. Essa realidade está diretamente ligada à práxis das lutas sociais por direitos de acesso a serviços básicos e de empregabilidade.

⁸⁷ O Programa Bolsa Família garantiu (e ainda garante) renda mínima para as famílias, e suas exigências para o recebimento do benefício como a presença escolar e o acompanhamento médico das crianças deve ser compreendido como meios que colaboram para o sucesso das famílias ao longo do tempo, tornando-as capazes de abandonar suas dependências das políticas públicas.

Fontes.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Brasília.2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Plano Brasil Sem Miséria: 1 ano de resultados.Brasília.2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. O SUAS no Plano Brasil Sem Miséria. Brasília.2012.

Carta Capital. Que estatização é essa?. São Paulo. 03 de março de 2010.

Carta Capital. Um mundo de medos. São Paulo. 17 de março de 2010.

Carta Capital. Velhos e pobres. São Paulo. 07 de abril de 2010.

Carta Capital. Crescer? Que medo. São Paulo. 05 de maio de 2010.

Carta Capital. O que pensa Dilma. São Paulo. 09 de junho de 2010.

Carta Capital. A mão de Lula. São Paulo. 07 de julho de 2010.

Carta Capital. O império vacila. São Paulo. 08 de setembro de 2010.

Carta Capital. Quem bisbilhota quem. São Paulo. 15 de setembro de 2010.

Carta Capital. O que é isso, José?. São Paulo. 20 de outubro de 2010.

Carta Capital. Uma guerra Tucana. São Paulo. 27 de outubro de 2010.

Carta Capital. Mulher e presidente. São Paulo. 03 de novembro de 2010.

Carta Capital. O bode expiatório. São Paulo. 10 de novembro de 2010.

Carta Capital. Império míope. São Paulo. 08 de dezembro de 2010.

Carta Capital. A convulsão árabe. São Paulo. 02 de fevereiro de 2011.

Carta Capital. O desastre Obama. São Paulo. 16 de março de 2011.

Carta Capital. O fantasma fardado. São Paulo. 04 de abril de 2011.

Carta Capital. A verdade sobre o relatório da PF. São Paulo. 13 de abril de 2011.

Carta Capital. O diário do Araguaia. São Paulo. 27 de abril de 2011.

Carta Capital. Classe C, 60%. São Paulo. 22 de junho de 2011.

Carta Capital. Demitido... De volta. São Paulo. 10 de agosto de 2011.

Carta Capital. Dilma exclusivo. São Paulo. 17 de agosto de 2011.

Carta Capital. O efeito Líbia. São Paulo. 31 de agosto de 2011.

Carta Capital. Direto ao ponto. São Paulo. 28 de setembro de 2011.

Carta Capital. Emagrecer, o engodo. São Paulo. 12 de outubro de 2011.

Carta Capital. “O empresário brasileiro não se arrisca”. São Paulo. 02 de novembro de 2011.

Carta Capital. Lula, a doença e a estupidez. São Paulo. 08 de novembro de 2011.

Carta Capital. Chevron: trapanças e mentiras. São Paulo. 30 de novembro de 2011.

Carta Capital. A mídia esconde o Brasil. São Paulo. 21 de dezembro de 2011.

CPS/FGV. Miséria, desigualdade e políticas de renda: o real do Lula. CPS/FGV. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Coabitação familiar e formação de novos municípios nas áreas urbanas brasileiras. Brasília; IPEA, abr. 2012. (Comunicado do Ipea, n 142).

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O programa Minha Casa Minha Vida em municípios de até 50 mil habitantes: quadro institucional e prognósticos da provisão habitacional de interesse social. Brasília; IPEA, maio. 2012. (Comunicado do Ipea, n 146).

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A Década Inclusiva (2001 - 2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. Brasília; IPEA, set. 2012. (Comunicado do Ipea, n 155).

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Pnad2011: Primeiras análises sobre o mercado de trabalho brasileiro. Brasília; IPEA, out. 2012. (Comunicado do Ipea, n 156).

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE. Brasília; IPEA, out. 2012. (Comunicado do Ipea, n 159).

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração do Milênio*. Nova Iorque, 6-8 set. 2000

SITE: <http://www.cartacapital.com.br/>

SITE: www.brasil.gov.br

Referências Bibliográficas

BARROS, R. P. de, HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Volume 15, n° 42.

BURKE, Peter. *In: A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CAMPELLO, Tereza & NERI, Marcelo C. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília, Ipea. 2013.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo. Cortez, 2006.

CHESNEAUX, Jean. Devemos fazer tabula rasa do passado?: sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

COUTO, Berenice Rojas, YAZBEK, Maria Carmelita, RAICHELIS, Raquel, SILVA, Maria Ozanira da Silva e (orgs.). O Sistema Único de Assistência social no Brasil: uma realidade em movimento. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 5.ed. São Paulo: Global, 2008.

História e imprensa. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2007.

História & Perspectivas. Uberlândia, n. 40, p. 28, jan.-jun. 2009.

HOBSBAWM, Eric. Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LAPA, Jose Roberto do Amaral. Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto, KHOURY, Yara Aun. *In: Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'água, 2006.

NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Renda, consumo e aposentadoria: evidências, atitudes e percepções. CPS/FGV. 2007.

REGO, Walquiria Leão & PINZANI, Alessandro. Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo. Editora Unesp. 2013.

SADER, Emir. A vingança da história. 2 ed. São Paulo: Boitempo. 2007.

_____. (Org). 10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 2 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

WEISSHEIMER, Marco A. Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.